



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

### ATA N.º 3/2015

#### SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e dez minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM:** Período para intervenção do público-----

**PONTO DOIS:** Período Antes da Ordem do Dia-----

**PONTO DOIS PONTO UM:** Leitura do Expediente-----

**PONTO DOIS PONTO DOIS:** Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

**PONTO TRÊS:** Período da Ordem do Dia-----

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.-----

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da Ata nº1 da Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2015.-----

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Pedido de Aquisição de Parcela do Domínio Público. -----

a) Proposta de desafetação de domínio público de parcela de terreno, com 61,19 m<sup>2</sup>, sita em Monte do Forte – Alcaraviça. -----

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Documentos de Prestação de Contas e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município. -----

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 1º. Trimestre 2015 – Informação para a Assembleia Municipal (Título Informativo). -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Francisco José Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Françoise de Cortes Emery; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado-----

----- Verificou-se a ausência dos membros: Pedro Manuel Alpalhão Bilro, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento. n.º.1**) e foi substituído pelo senhor Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Pedro Manuel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento. n.º.2**) e foi substituído pela senhora Françoise de Cortes Emery. -----

#### **PONTO UM:** Período para intervenção do público-----

----- Não houve nenhuma intervenção. -----

#### **PONTO DOIS:** Período Antes da Ordem do Dia-----

#### **PONTO DOIS PONTO UM:** Leitura do Expediente-----

----- O membro Célia Alpalhão (2ª Secretária) desejou boa noite a todos os presentes, e informou que tinham sido recebidos diversos ofícios do Partido Socialista nos quais foi solicitada a seguinte informação: -----

#### ➤ **Relativamente ao Autocarro marca Volvo com a matrícula 20-CE-28** -----

- Data de aquisição; -----
- Valor da aquisição; -----
- Valor das prestações; -----
- Número de prestações por liquidar; - (Documentos entregues) -----

#### ➤ **Relativamente ao Autocarro marca Scania com a matrícula 25-AD-68** -----

- Processo de aquisição do autocarro; -----
- Número de Quilómetros; -----
- Cópia de todos os documentos existentes no processo de acordo com as regras da contratação pública; (**Documentos entregues**) -----

#### ➤ **Cópia de todos os documentos do processo de aquisição das viaturas de matrículas:** -----

- **84-BL-31 (Mitsubishi);** -----



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

- 86-05-TC (Iveco); -----
  - Incluindo o valor de aquisição; -----
  - Nº. de anos; -----
  - Nº. de Quilómetros; -----
  - Despesas efetuadas com as viaturas após a sua aquisição, pagas pela autarquia; -----
- (Documentos entregues)** -----
- Cópia da Moção apresentada pelo membro Rui Franco- Sessão ordinária da A.M. de 20-02-2015 (Tema – Abastecimento público de águas). **(Documento Entregue)** -----
  
  - **Relativamente ao festival taurino da Rádio Campanário, realizado em 14/03/2015** -----
  - Guia de receita correspondente à publicidade sonora; -----
  - Guia de receita da afixação de pendões; (documentos entregues) -----
  
  - Foi recebido um ofício dos eleitos do PS, no qual solicitavam, mais uma vez, toda a documentação pedida através dos ofícios datados de 02-01-2015, 11-02-2015, 23-03-2015 e 09-04-2015. – **(Documentos entregues)**. -----
  
  - Em 27-04-2015, foi recebido um ofício dos eleitos do PS – Seção de Borba, solicitar a seguinte documentação: -----
  - Cópia de todos os documentos do processo de aquisição da viatura usada, matrícula 53-03-OU, marca Same Silver 90 DT, incluindo o valor de aquisição, nº de anos, nº de horas, despesas efetuadas com as viaturas após a sua aquisição pagas pela autarquia e prazo de garantia caso exista. -----
  
  - **Foi recebido um ofício – Assembleia Municipal de Viseu** -----
  - Moção – Combate à corrupção deve ser um a prioridade, um desígnio nacional. -----
  - Aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária de vinte e sete de fevereiro. -----
  
  - Foi recebido um Convite da Santa da Misericórdia, para uma palestra, para assinalar o DIA MUNDIAL DO CANCRO. (Este evento contou com a parceria da Delegação de Borba da Liga Portuguesa, Município de Borba e Santa Casa da Misericórdia). -----
  - Dirigido a todos os eleitos da Assembleia Municipal de Borba. (foi enviado email a todos os membros das Assembleia Municipal, com o respetivo convite). -----

### EXPEDIENTE – EXPEDIDO



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

- Ofícios aos diversos organismos, com a Moção entregue pelos eleitos do MuB e aprovada por maioria, na Sessão da Assembleia Municipal de Borba em 20 de fevereiro de 2015. -----
  
- Ofício Câmara Municipal de Borba-----
  - Pedido de toda a documentação, solicitada pelo partido Socialista, nos ofícios atrás mencionados; -----
- Ofícios Eleitos do Partido Socialista – Seção de Borba-----
  - Resposta a todos os pedidos de documentação atrás referidos, exceto ao pedido da seguinte documentação: -----
  - Cópia de todos os documentos do processo de aquisição da viatura usada, matrícula 53-03-OU, marca Same Silver 90 DT, incluindo o valor de aquisição, nº de anos, nº de horas, despesas efetuadas com as viaturas após a sua aquisição pagas pela autarquia e prazo de garantia caso exista.-----

----- Informou, caso fosse necessário, as pastas com o restante expediente encontravam-se ali, para consulta. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** desejou boa noite a todos os presentes e pediu uma cópia do ofício enviado às Águas do Centro Alentejo com a Moção " Relação Contratual entre o Município de Borba e as Águas do Centro Alentejo", aprovada por maioria na Sessão da Assembleia Municipal de vinte de fevereiro de dois mil e quinze. -----

#### **PONTO DOIS:** Período Antes da Ordem do Dia-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** recordou o artigo nº. 37º do Regimento, o qual informava que o período Antes da Ordem do Dia tinha a duração máxima para intervenção, de sessenta minutos. -----

----- **O membro João Pedro** desejou boa noite a todos os presentes e disse " os eleitos da CDU querem apresentar uma Moção (...). Passava a ler: ". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** ... interrompendo, disse " (...) eu só queria fazer uma ressalva (...). Quando o senhor acabar de ler essa Moção, essa Moção não pode ser votada.(...) porque de acordo com o Regimento, no nº.5 do artigo 32.º (...) a Assembleia Municipal, nas sessões ordinárias, só pode deliberar sobre assuntos incluídos na ordem do dia ". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse " (...) senhor presidente a alínea c) do artigo 16.º do Regimento, bem como as alíneas f) e g) do artigo 38.º, dizem que se podem apresentar Moções e votá-las (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** ... continuou " (...), eu não tenho nada contra isso, (...) só procuro seguir o regimento. (...) é protocolar desde sempre assim foi, quando as moções são



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

apresentadas, são imediatamente votadas. (...) eu não quero atropelar nada! Aqui, diz claramente, que a Assembleia Municipal nas Sessões Ordinárias, só pode deliberar, sendo a votação uma deliberação, só pode deliberar sobre assuntos incluídos na ordem do dia. (...) isto não é só do regimento, isto é, também da lei". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse "(...) o que estou a dizer é que a apresentação desta moção é válida, (...), diz o Regimento na alínea c) do artigo 16.º, que os deputados municipais, neste caso o João Pedro, podem apresentar por escrito pareceres, propostas, recomendações e moções, votos de louvor, pesar e votos de congratulação (...). -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** repetiu novamente o que dizia o n.º 5 do artigo 32.º do regimento, o qual tinha sido votado por todos os membros. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse "(...) está correto as moções são antes do Ordem do Dia. (...), se verificar na ata da reunião de vinte de fevereiro de dois mil e quinze, a apresentação da Moção do MuB (...), também são feitas no período antes da ordem do dia (...). -----

----- **O membro João Pedro** disse "(...), não podemos agora a meio do campeonato, alterar as regras, acho que devemos continuar da mesma forma. Passo a ler a Moção": (que se arquiva em pasta anexa como documento nº3) -----

MOÇÃO -----

SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

Considerando que -----

1- A C.R.P. - Constituição da República Portuguesa, prevê que o "Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública" (artigo 6º., nº 1). -----

2- A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações. -----

3- A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos. -----

4- A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local. -----

5- O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

competências a concretizar através de contratos inter-administrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os Governos há muito prosseguem. -----

6- A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

7- O Governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autónoma do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos. -----

8- A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas. -----

9- Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias. -----

10- Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos. -----

11- O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização. -----

A Assembleia Municipal de Borba reunida no dia vinte e sete de Abril de dois mil e quinze, delibera manifestar: -----

- O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais, aprovado no Conselho de Ministros de quinze de Janeiro de dois mil e quinze; -----
- O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático; -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

- Apelar à ANMP a intensificação do diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, no sentido de rejeitar liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifestar a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a C.R.P. prevê. -----

Enviar a moção para: -----

- Associação Nacional de Municípios Portugueses -----  
➤ Grupos Parlamentares da AR -----  
➤ Primeiro-Ministro -----

Os Eleitos CDU na Assembleia Municipal de Borba -----

----- **O membro Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) quero solicitar ao senhor presidente que considere, estes dez minutos, que foram gastos sem razão, a discutirmos se (...) era antes da ordem do dia (...), que os subtraía ao tempo de discussão do período de Antes da Ordem do Dia". -----

----- Relativamente a esta Moção apresentada pela CDU disse " (...) o Partido Socialista nada tem a opor, antes pelo contrário, só é pena que não se tivessem antecipado, porque já na assembleia anterior o Partido Socialista, apresentou uma Tomada de Posição, relativamente a este assunto. (...) só é pena que andem um bocadinho atrasados, já lá vai o tempo em que a CDU andava bem organizada (...) ". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a Moção à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor (eleitos do MuB, PS e CDU), dois votos contra (eleitos do PSD) e uma abstenção (eleito do MuB). -----

----- **O membro João Pedro** respondeu ao membro Ângelo de Sá " (...), preferimos uma Moção com conteúdo, a uma tomada de posição". -----

----- **O membro Augusto Guégués** desejou boa noite a todos e apresentou e leu uma recomendação (que se arquiva em pasta anexa como **documento.4.º**) e seguidamente se transcreve:

- Recomendação -----

Os eleitos do PS na passada Assembleia de 20/06/2014 alertou os eleitos da coligação CDU/MuB que estavam a contratar através da prestação de serviços que estava a ser feito por um técnico com ligação à função pública, nomeadamente à proteção civil para elaboração do Plano de Emergência e de medidas de autoproteção de edifícios públicos. -----

Passado um ano, o Plano de Emergência que se encontrava praticamente concluído parou e nada aconteceu. Quanto às medidas de autoproteção verificamos que existe um técnico ao serviço da Câmara Municipal (Engº João Giga) que tem formação para realização dos trabalhos referidos, nomeadamente no que se refere a medidas de autoproteção, conforme documento anexo publicado na página da Autoridade nacional de Proteção Civil. -----

Assim recomendamos à Câmara Municipal, que para poupar dinheiro, deverá optar pela suspensão



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

de um dos técnicos. -----

Os eleitos do PS -----

Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----

- Autoridade Nacional de Proteção Civil; -----

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----

- Inspeção-geral de Finanças; -----

----- Seguidamente apresentou e leu uma Tomada de Posição (que se arquiva em pasta anexa como documento. n.º5) e se transcreve. -----

- Tomada de Posição -----

Os eleitos do PS repudiam claramente a política de pessoal adotada pela coligação CDU/MuB porque: -----

- Embora em mandatos anteriores se recorresse aos designados programas ocupacionais do IEFP, neste momento verificamos que a coligação CDU/MuB o faz de forma sistemática e sem recorrer a outras formas de contratação. -----

-Recorrem frequentemente aos contratos emprego-inserção do IEFP, colocando os trabalhadores a assegurar postos de trabalho permanentes, aproveitando mão-de-obra barata e colocando-os numa situação de precariedade e subserviência. -----

- Recorrem a empresas de trabalho temporário para tornear as despesas com pessoal, enganando a tutela e ao mesmo tempo aumentando a despesa com pessoal chamando-lhe "Prestação de Serviços". -----

Os eleitos do PS -----

Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----

Diretor Distrital do IEFP -----

Serviço de Emprego de Estremoz -----

Direção Geral das Autarquias Locais -----

Inspeção Geral das Finanças -----

Órgãos de Comunicação -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " (...) tomaremos nota e providências das duas recomendações". -----

----- **O membro Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes e perguntou ao senhor presidente da Câmara, " (...) para que não restassem dúvidas, quanto custou ao município de Borba o fogo-de-artifício do passado dia vinte e quatro para vinte e cinco de abril ". -----

----- **O membro Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos os presentes e apresentou e leu um Protesto (que se arquiva em pasta anexa como o documento. n.º6), que seguidamente se transcreve: -----

- Protesto -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

Os eleitos do Partido Socialista vêm apresentar o mais veemente protesto pelo facto de terem solicitado desde 02/01/2015 oito pedidos de informação sobre assuntos diversos e terem recebido a resposta apenas no dia 27/04/2015. -----

Esta atitude viola claramente o previsto no Regimento da Assembleia Municipal e o Estatuto do Direito de Oposição. -----

Os eleitos do PS lamentam esta postura que viola claramente todas as regras democráticas para além das normativas legais que devem ser respeitadas e cumpridas. -----

Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----

- Provedor de Justiça -----
- Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- Direção Geral das Autarquias Locais; -----
- Inspeção-geral de Finanças; -----
- CADA – Comissão de Apoio aos Documentos Administrativos; -----
- Comunicação Social; -----
- Os eleitos do PS – Partido Socialista -----

Borba, 27/04/2015 -----

----- **O membro Francisco Mendes** desejou boa noite a todos os presentes e apresentou e leu a seguinte tomada de posição (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 7**), e seguidamente se transcreve: -----

- Tomada de Posição -----
- Os eleitos do PS vêm manifestar preocupação com o facto do Conselho Municipal de Educação não ter reunido desde o início do mandato da coligação CDU/MuB, porque além de violar claramente o previsto na lei, revela bem a pouca importância que este executivo tem dado a uma área tão importante como é a educação. -----
- Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----
- Ministro da Educação; -----
- Diretor da Educação EB 2,3 Padre Bento Pereira; -----
- Todos os serviços representados no Conselho Municipal de Educação; -----
- Órgãos de Comunicação Social; -----
- Os eleitos do PS – Partido Socialista -----

----- **O membro Ângelo de Sá** apresentou e leu uma tomada de posição ( que se arquiva em pasta anexa como documento nº8) e seguidamente se transcreve: -----

- Tomada de Posição -----
- Os eleitos do PS consideram inadmissível a postura do membro Rui Franco em representação da bancada do MuB que se refere sistematicamente e de forma negativa há cerca de um ano e meio ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do Alentejo



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

Central, do qual a Câmara de Borba é acionista, porque: -----

- Faz afirmações que revelam um total desconhecimento do sistema; -----

- Parece ter fobia ao sistema, defendendo propostas que não estão previstas em termos legislativos; -

- Mistura sistematicamente, pensamos que de forma intencional, o sistema de “água em alta” e “água em baixa”; -----

- Não reconhece a necessidade urgente de resolver as fugas de água (cerca de 50%) na rede em baixa e serve-se deste grave problema para falar em custos elevados da “água em alta”. -----

- Parece desconhecer que a Câmara possui um sistema de telegestão que permite ao minuto saber a água que sai dos depósitos; -----

- Não exige à mesa da A.M. da sua bancada a marcação da Assembleia Extraordinária para tratar exclusivamente este tema, com a presença dos responsáveis das empresas do setor e responsáveis políticos; -----

- Parece desconhecer que o contrato de concessão existente entre a Câmara de Borba e as ADCA se refere exclusivamente ao abastecimento das águas em alta; -----

- Desconhece ou omite que o tratamento de efluentes do Barro Branco, Talisca e Santiago dependem das indecisões da coligação CDU/MuB para resolver o problema; -----

- Omite intencionalmente o investimento de cerca de 5 milhões de euros no concelho em equipamentos e infraestruturas ligadas à água e saneamento; -----

- Nada refere em relação à qualidade da água que bebemos, bem como às características das águas que vão para as ribeiras após o tratamento nas Etar's que foram construídas, comparativamente com o que se passa nos concelhos limítrofes, bem como, em muitos outros existentes neste país; -----

- Os elementos do PS sugerem ao membro Rui Franco bem como à bancada do MuB que : -----

- Faça uma visita às ADCA's para ser esclarecido acerca do sistema; -----

- Leia a legislação sobre o tema para perceber que não está previsto, por enquanto, que seja a autarquia a gerir a água em alta e baixa; -----

----- Se esclareça se é que não o faz intencionalmente, o que é o “sistema em alta” e o “sistema em baixa”; -----

- Pressione a maioria CDU/MuB para resolverem o problema das fugas na rede; -----

- Visite as instalações para que a Técnica Eng. Céu Franco lhe explique como funciona a telegestão do município e a sua articulação com o sistema de telegestão das ADCA; -----

- Pressione a mesa da A.M. da sua bancada para marcar Assembleia Extraordinária sobre o tema; ----

- Leia atentamente o contrato de concessão existente; -----

- Pressione a coligação CDU/MuB para tomarem decisões urgentes relativamente ao tratamento de efluentes de Barro Branco, Talisca e Santiago; -----

- Se informe sobre todas as infraestruturas e equipamentos construídos cujo valor ascende a cerca de cinco milhões de euros; -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

- Faça um estudo comparativo acerca da qualidade da água que bebemos e a qualidade da água à saída das Etar's; -----
- Recolha toda a informação através do Presidente da Assembleia Geral das ADCA, Sr. António Anselmo, sobre o funcionamento e resultados da empresa; -----
- Exija que o Presidente da Assembleia Geral das ADCA apresente as suas propostas à assembleia de acionistas; -----
- Exija que o Presidente da Assembleia das ADCA, Sr. António Anselmo, em vez de aprovar votos de louvor à administração apresente moções de censura; -----
- Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----
- Águas do Centro Alentejo; -----
- Inspeção-geral de Finanças; -----
- Ministro do Ambiente; -----

----- **O membro João Letras** desejou boa noite as todos os presentes, e disse "(...) nós gostaríamos de saber em que fase está o processo de conclusão do Conselho Municipal de Segurança, uma vez que o cidadão que nós elencamos nesta assembleia, ainda não foi contactado. (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** referiu que estavam a contactar todas as pessoas intervenientes, para posteriormente agendarem uma reunião. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) em primeiro lugar, acho uma falta de respeito muito grande em falar-se em coligação CDU/MuB. As pessoas em Borba votaram claramente no MuB, naturalmente que alguém debaixo de alguma intenção fala na coligação CDU/MuB. Essa é uma falta de respeito muito grande! (...) essas pessoas que falam isso são pessoas que têm pouca noção do que é a democracia, (...) e de como funcionam as coisas (...)". -----

----- Seguidamente comentou a recomendação apresentada pelos eleitos do PS, na pessoa do membro Augusto Guégués. " (...) a pessoa que foi elegida para este trabalho, é uma pessoa que já não pertence à função pública, e é uma das pessoas que mais sabe sobre medidas de autoproteção, (...) vai fazer um trabalho muito bom em Borba. (...) vamos melhorar o trabalho que estava feito. -----

----- Relativamente ao Engº João Giga, tem algumas competências, não as tem todas. (...) enquanto eu estiver aqui, as coisas serão feitas de uma forma correta e que sirvam o concelho". -----

----- No que respeita ao repúdio disse " (...) as empresas de trabalho temporário existem (...) não quero esconder coisa nenhuma. Segundo o orçamento do estado, não pode ser gasto mais que 35% em despesas com pessoal. As empresas de trabalho temporário irão ser usadas de uma forma correta pela autarquia". -----

----- No que respeita à questão do IEF, referiu que " (...) quem precisa de trabalhar é quem não tem direito a coisa nenhuma, nem rendimento, nem subsidio de desemprego (...)". -----



Borba

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- Relativamente à questão do fogo-de-artifício, colocada pelo membro Rui Franco, respondeu "(...) o fogo de artifício custou mil euros. Mais cem euros para a GNR, mais cem euros de seguro (...) com a festa toda não foram gastos mais de cinco a seis mil euros (...)". -----

----- No que diz respeito á entrega dos documentos pedidos, referiu ser culpa sua e não dos serviços, a não entrega dos mesmos. -----

----- Relativamente à questão do Conselho Municipal de Educação, disse que "(...) independentemente do conselho não reunir, (...) quando a escola precisa, nós resolvemos. (...) resolvemos assuntos todos os dias, com o diretor da escola (...)". Admitiu existirem algumas falhas, que estão a ter tentar resolver, enunciando-as de seguida. -----

----- No que respeita às Águas disse ser o presidente da Assembleia das Águas do Centro Alentejo, e, seguidamente fez um resumo dos valores em dívida e pagamentos efectuados pelos diferentes municípios associados da empresa Águas do Centro Alentejo. -----

----- Explicou, o que o Governo central estava a pensar fazer quanto á gestão das águas, referindo que pretendia dividir as águas em seis ou sete sistemas muito grandes. Acrescentou "(...) nós iremos pertencer ao sistema de águas, Lisboa e Vale do Tejo, naturalmente que a minha opinião não é essa". -----

----- Acrescentou, "(...), na minha opinião as águas nunca deverão ser privatizadas (...)". Referiu ter estado numa reunião, onde estava o presidente das águas de Portugal e ter-lhe perguntado o seguinte "(...) o que é que eu ganho em dizer que não quero pertencer a isto que aqui está? (...)". E seguidamente disse ter dito à empresa Águas do Centro Alentejo "(...) façam-me um projeto das águas em alta e outro das águas em baixa, um integrando o concelho de Évora e outro sem o concelho de Évora (...) Ora, toda a gente sabe que sem Évora o sistema tem muita dificuldade em funcionar (...)". Continuou "(...) A empresa águas do centro Alentejo ganharam no ano passado em termos de resultados operacionais cerca de vinte e oito mil euros, mas, na prática, Évora deve neste momento mais de vinte milhões de euros, (...) assim ninguém consegue fazer coisa nenhuma. (...)". --

----- Informou que existem neste momento cerca de quarenta e oito por cento de perdas de água no concelho de Borba, e que essas perdas são pagas pelo município, porque existe passagem de água em alta para a baixa.-----

----- Quanto às ETAR's, disse " (...) ninguém mete em causa a qualidade da água no concelho de Borba. (...) as coisas, funcionam mal do Barro Branco para baixo. A Talisca, não funciona e Rio de Moinhos também não funciona. Há necessidade de uma ETAR (...)". Tendo acrescentado estar em estudo se deveria ser construída uma ETAR de baixa capacidade, doméstica, destinada a habitações, ou uma ETAR de maior capacidade, industrial, destinada a empresas, realçando ser esse o grande problema que o atual executivo estava a tentar resolver. -----

----- Disse ao membro João Letras, que o processo do Conselho Municipal de Segurança, estava em andamento. Aguarda-se o envio por parte dos Sindicatos, do nome do representante daquelas



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

associações, para se proceder à convocação de todos os membros, para analisarem o Regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Realçou "(...) em democracia quem ganha, mesmo que funcione muito mal, tem de ser respeitado".-----

----- **O membro Augusto Guéguès** disse "(...), a partir do momento em que a CDU passou a fazer parte do executivo, a desempenhar funções a meio tempo ou tempo inteiro, (...) em termos políticos e em termos públicos, a responsabilidade deixou de ser apenas, e exclusivamente, (...) do MuB, para passar a ser também da CDU. A CDU não pode lavar as mãos, ou então esperar por uma boa altura para dizer adeus ao MuB, (...) para se limpar um pouco, da responsabilidade, do desfecho, do insucesso, da incompetência (...) que estamos assistir. (...) o senhor presidente pensa que continua no Regimento (...), que é senhor, dono, chefe, militar, comandante (...). -----

----- Para haver efetivamente democracia, temos de respeitar o estado de direito em que estamos, a legislação, e o senhor não está a cumprir a legislação. (...) nomeadamente no que se refere aos Conselhos de Educação, a determinado tipo de reuniões que tem de ser efetuadas. (...) o senhor não quer fazer essas reuniões". -----

----- Seguidamente disse " (...) existe aqui, uma outra contradição em relação à água (...) nós assistimos aqui á apresentação pelo MuB, de uma moção no sentido de se desvincular do sistema multimunicipal. (...) nós até estamos em desacordo com a política das águas desenvolvida por este Governo. Portanto, provavelmente aí estamos de acordo. Agora o Mub, tem de saber o que é que quer. Não é a bancada dizer uma coisa, e agora a intervenção do senhor presidente (...) dar a ideia que está em defesa do sistema. (...) vocês têm de dizer concretamente qual é o sistema que querem, o que é que pretendem (...)". -----

----- Referiu, se não houvesse as perdas de águas, o sistema era praticamente autossustentável. Reforçou a ideia do actual executivo em funções, nada ter feito para resolver a situação das perdas de água no concelho. -----

Seguidamente perguntou, ao senhor presidente da Câmara, se o projeto da obra da Avenida D. Dinis de Melo e Castro teria sido feito de acordo com o que estava planeado, estabelecido, uma vez que no dia da chuvada grande (dia 24/25 de abril), umas tampas de esgoto pluvial com a pressão da água tinham levantado.-----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente da Câmara " (...) não entendo porque é que o senhor diz que chamarmos coligação CDU/MUB é ofensivo. O senhor "comprou" um vereador a meio tempo, (...), eu retiro o comprou e peço desculpa. O senhor negociou um vereador a meio tempo (...)". Ao se aperceber da ausência do senhor presidente da Câmara, referiu que o senhor presidente tinha que estar presente para ouvir o que ele tinha para dizer e acrescentou " (...) recomendo ao senhor presidente da Assembleia que leia a lei número 75 / 2013, artigo 35, que diz (...) quem representa a Câmara Municipal nas sessões da Assembleia Municipal é o senhor



Borba

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

presidente da Câmara. (...) o senhor presidente, só pode ser substituído pelo seu substituto legal em situações extremas. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompendo (...) pediu aos intervenientes "comportem-se como pessoas civilizadas e democráticas, não é com o insulto barato, (...), com barbaridade, que isto chega a algum lado. Peço que cada um tenha contenção verbal, para que nos respeitemos todos uns aos outros". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** continuou "(...) se há aqui dentro desta casa, pessoa que não tem noção do que é democracia, é o senhor presidente da Câmara (...) que disse, passo a citar: - Quem manda aqui, sou eu! (...)". -----

----- Seguidamente disse ao senhor presidente da Câmara, para verificar se o técnico Engº João Giga a exercer funções na Câmara Municipal de Borba, tinha ou não as aptidões necessárias para a elaboração das "Medidas de Autoproteção do Município de Borba". Em continuação afirmou "(...) o senhor Engº João Giga, tem habilitações para fazer as Medidas de Autoproteção (...)". -----

----- Relativamente ao envio dos documentos solicitados em dois de Janeiro de dois mil e quinze e entregues hoje, dia vinte e sete de abril do corrente ano, disse que a responsabilidade do não envio dos documentos não era do senhor presidente, e que "(...) as desculpas não se pedem, evitam-se. O senhor presidente não forneceu os documentos desde o dia dois de janeiro, foi um desrespeito pela Assembleia e pelo senhor presidente da Assembleia". -----

----- No que respeita ao conselho municipal de educação de disse "(...) dizer que (...) não reúne, porque está farto de conversa fiada! (...)". -----

----- No que respeita á gestão da Água, Empresa Águas do Centro Alentejo, disse não estar a actual tomada de posição apresentada pelo PS relacionada com as dívidas, mas com o facto de desde que o actual executivo tomou posse falar a bancada do MuB sistematicamente, em todas as Assembleias Municipais, na questão das águas. Terminou a intervenção afirmando "(...) a Assembleia que se entenda com a Câmara, de uma vez por todas! (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** referiu que o assunto das águas iria ser discutido numa sessão extraordinária. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** recordou que a questão da gestão da água, empresa Águas do Centro Alentejo, tinha sido levantada pelo MuB ao apresentar a moção, quando em Assembleia Municipal tinha ficado acordado entre as diversas forças políticas com assento na Assembleia que esse assunto iria ser debatido em Assembleia extraordinária a realizar em data a agendar.-----

----- Continuou "(...) não concordei com a vossa postura em apresentar uma moção, um pouco á nossa revelia, (...) a ata que hoje vamos aprovar demonstra bem, a admiração causada pela apresentação dessa moção (...)". -----

----- Relativamente ao Conselho de Segurança lembrou, o que já havia dito em anterior Assembleia, a dificuldade de todos os membros que integram o Conselho Municipal de Segurança



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

tomarem posse em Assembleia Municipal. -----

----- **O membro João Pedro** colocou duas questões sobre a gestão da água "(...) em dois mil e três quando foi assinado o contrato com as Águas do Centro Alentejo, qual era o nível de fugas que existia na rede de águas? E quais foram as preocupações que o PS teve, nessa altura, (...) relativamente à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, de Rio de Moinhos, para poder tratar do problema, logo desde o início? (...) com aquilo que contratualizou com as Águas do Centro Alentejo". -----

----- No que respeita à coligação, referiu " (...) o PS tentou arranjar aqui um slogan, que provavelmente vai implementar durante a próxima campanha eleitoral para as autarquias locais". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse que há doze anos atrás " (...) havia uma desorganização total no sistema de águas em Borba. (...)", e acrescentou, existia um sistema de telegestão novo que não funcionava, tendo um ano e meio mais tarde concluído ser uma UPS que estava danificada. -----

----- Continuou, na altura as fugas eram da ordem dos sessenta por cento e esteve na Câmara Municipal a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, que solicitou à Técnica, senhora Eng<sup>a</sup>., Maria do Céu Franco, que fossem feitos seccionamentos com o objectivo das fugas se irem atenuando. -----

----- No que respeita à ETAR de Rio de Moinhos referiu, ter no passado o Município de Borba feito e entregue, quatro projetos sobre a hipotética construção dessa ETAR à empresa Águas do Centro Alentejo, e explicou estar um desses projetos delineado para responder a uma localidade que comportasse uma população equivalente a sessenta e cinco mil habitantes. -----

----- Disse "(...) foram feitas propostas aos queijeiros (...), na última proposta, os queijeiros pagavam por cada quilo de queijo, cinquenta cêntimos para tratar os efluentes. (...)houve reuniões, não aceitaram. (...). Dizer que houve sempre grande preocupação em tratar desse assunto.". -----

----- Acrescentou "(...) há um terreno neste momento, que foi oferecido na altura, o senhor vereador Serra sabe disto, a uma empresa que se chamava ECOSOROS (...). O objetivo era que essa empresa recolhesse os soros, e os guardasse na zona industrial, eram transportados para a Guarda para secagem, e depois eram destinados a uma empresa de medicamentos na Alemanha. (...) quando souberam que o soro se destinava a uma empresa de medicamentos, disseram que só pagos (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao membro Augusto Guégués que investir na gestão das águas era importante, e o actual executivo estava a fazê-lo.-----

----- Relativamente às duas tampas de esgotos que tinham levantado no dia da chuvada, disse nada terem a ver com a obra realizada na Avenida D. Dinis de Melo e Castro, e explicou que na origem do ligeiro levantamento dessas tampas tinha estado o facto dessas duas tampas pertencerem a esgotos antigos, que entupiram por terem um reduzido diâmetro de saída, vinte centímetros. -----

----- Disse ao membro Ângelo de Sá que o Conselho Municipal de Educação era muito importante,



Borba

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

e acrescentou “ (...) na minha opinião as coisas só devem funcionar, quando funcionam (...)”. -----

----- No que respeita à ETAR DE Rio de Moinhos, disse “(...) antes de eu sair o assunto da ETAR será resolvido. Mas atenção! Com o consenso de toda a gente. (...)”. -----

----- Continuou “(...) o que foi feito anteriormente, e está bem feito. Está feito! Nós temos é de corrigir, o que está mal feito. (...) mas, o que é triste para as pessoas de Borba, é que há muita coisa mal feita (...)”. -----

----- Relativamente às perdas de água, informou que existe neste momento, cerca de quarenta e oito por cento de perdas de água em alta. Acrescentou já ter tido uma reunião com a EPAL, para tentarem minimizar o problema. -----

----- Informou, que aguardavam resposta da empresa Águas do Centro Alentejo, relativamente à proposta da água em baixa e da água em alta, com Évora e sem Évora, para puderem negociar. -----

----- Acrescentou “ (...) o maior empenho, é que deste acordo resulte benefício para as populações, e acima de tudo beneficie os municípios (...)”. Exemplificando de seguida municípios que não integram o sistema multimunicipal de águas. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes, e explicou que “(...) quando tinha pedido a palavra era para exercer o direito de defesa (...)”. -----

----- Seguidamente disse “ (...) a Câmara Municipal é um órgão onde estão representadas várias forças políticas, e por ser um órgão colegial, aquilo que se decide tem de ter o voto da maioria dos eleitos (...)”. E elucidou “(...) Mas vão muitas coisas a reunião de Câmara que o único que vota contra é o vereador da CDU (...)”. -----

----- Continuou “ (...) os acordãos que se fazem é entre estruturas políticas, não é entre pessoas. Aquilo que a CDU assumiu depois das eleições, e que assumiu com o PS, e que assumiu com o MuB, nas conversas para que foi contactado, (...) foi que (...) quem ganha as eleições deve governar, e deve criar as condições para governar. (...) disponibilizamo-nos para aquilo que fosse necessário. Na Orada aceitámos integrar o executivo da Junta de Freguesia da Orada, porque (...) o PS tinha ganho as eleições na Orada, (...) os votos que tinha não lhe permitiam gerir sozinho, (...) eleger um executivo. A CDU disponibilizou-se para também ali dar estabilidade e condições de trabalho. E o mesmo veio a fazer na Câmara, (...) depois de conversar (...) sobre um projeto, e sobre propostas concretas, medidas concretas. (...)”. Disse ser necessário “ (...) perceber que existem (...) na Câmara funções com determinadas competências, e que a CDU aceitou assumir algumas dessas competências (...), de acordo com aquilo que é o seu programa eleitoral, fazendo e desenvolvendo propostas. Nas áreas que o MuB está a gerir, procuramos também influenciar, para que algumas das nossas propostas sejam incluídas e recolher também propostas e sugestões deles para as nossas áreas. É um acordo político. Não se compra, nem se vende, e muito menos se compra ou vende, aquilo que são os princípios das pessoas”. -----

----- Acrescentou “ (...) uma das questões sérias que se colocava a este município era se ele iria ter



fil

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

ou não, condições de estabilidade para funcionar (...). Frisou "(...) se a CDU viesse para esta Assembleia com uma postura semelhante ao PS, as condições para o MuB poder exercer o mandato, que os borbenses lhe confiaram, seriam muito complicadas. (...)". Realçou o facto de Borba, enquanto município, devido à "(...) situação financeira desastrosa, em que se encontra (...)", necessitar de estabilidade para "(...) corrigir muitas coisas (...)", e "(...) baixar os défices(...)". Terminou a sua intervenção dizendo que "(...) enquanto houver condições, nós defendemos o funcionamento e a estabilidade, para bem dos borbenses (...)".

----- Quanto à questão da água, disse " (...) quando a CDU saiu em dois mil e três, o novo executivo tinha duas decisões importantes para tomar, e no nosso entender tomaram duas decisões péssimas. (...) porque ao contrário daquilo que recomendam aos outros. Para lerem os estudos de viabilidade e os documentos. (...) Não o fizeram. (...)".

----- Realçou o facto de que os eleitos da CDU no ano de dois mil e três, ainda não tinham assinado o acordo com as Águas do Centro Alentejo, porque tinham lido os estudos e sabiam o que lá constava. Continuando disse, foi igualmente por na altura não existirem estudos de viabilidade económica sobre o projeto de construção das estradas para a ADC - Área de Deposição Comum, e para a criação daquela empresa, que os eleitos da CDU votaram contra, e acrescentou "(...) que se veio agora comprovar que está falida, e que (...) o dinheiro (...) ali investido não serviu para nada (...)".

----- Continuou dizendo que, em relação à questão das águas " (...) aconteceu a mesma coisa, (...)", e recordou que de acordo com o estudo de viabilidade económica existente aquele negócio não servia às autarquias, porque previa ficar a empresa Águas do Centro Alentejo responsável pela gestão das águas em alta, mas continuarem os municípios responsáveis pela gestão das águas em baixa. E passou a explicar, o problema da gestão das águas surgiu quando o município assinou o protocolo com as Águas do Centro Alentejo, tendo conhecimento que a rede pluvial não estava separada de rede de esgotos, e que tinha percas na rede em baixa na ordem dos sessenta por cento. No seguimento disse "(...) na altura as Câmaras da CDU contrapuseram (...), não pagamos o que sai do depósito, pagamos em função dos metros que cobrarmos. (...)". Mas, segundo disse, "(...) as ordens que havia do Engº Sócrates era que o projeto era aquele, e que eram obrigados a entrar, porque sozinhos não tinham condições de ir buscar fundos comunitários (...)" e passou a citar, o senhor Engº Sócrates, "(...) porque eu não autorizo! (...)".

----- Recordou que se o tarifário estivesse atualizado os munícipes estariam a pagar dez vezes mais pela água, do que pagam atualmente.

----- Realçou o facto de que contrariamente ao que constava no estudo de viabilidade económica existente na altura, a CDU era da opinião que deveria ser o sistema a absorver as perdas e não os munícipes.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "(...) gostaria que para o bom do



Borba

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

funcionamento desta Assembleia fossem omitidos os “apartes” (...). -----

----- **O membro João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes e disse “(...) a Orada, graças a Deus, tem ETAR e funciona muito bem!(...)”. Seguidamente, dirigindo-se ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos aconselhou ouça a população, mas se quer fazer a ETAR “(...) aprese-se porque só já tem mais dois anos e meio (...)”, e entre aprovações, burocracias, projetos e busca de verbas passa-se o tempo. (...) e continuou “(...) Acho muito bem que o senhor o faça, porque efetivamente é a população que sai prejudicada. Já saiu com doze anos de governação de PS, e efetivamente se chegarmos ao fim de mais quatro, já são dezasseis. (...) se existem projetos, se existe tudo (...) vamos trabalhar em prol da população de Rio de Moinhos, (...) porque efectivamente é a população e o meio ambiente quem mais perde (...)”.-----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse “(...) o senhor vereador Serra foi vereador nesta Câmara com uma maioria PS, (...) quando apresentava as suas declarações de voto, tomadas de posição, referia-se sempre à maioria PS, (...) neste momento há uma maioria CDU/MuB. Lamento, mas isto foi aquilo que o senhor me ensinou”. -----

----- Relativamente à questão das águas referiu “(...) houve efetivamente alguma pressão no sentido de as Câmaras aderirem ao sistema multimunicipal no ano de dois mil e dois. (...) o senhor vereador Serra sabe, que havia uma Câmara CDU (Câmara de Redondo), que aderiu, e por essa razão o senhor presidente da Câmara foi expulso do PCP (...)”. -----

----- Acrescentou, “(...) em política o que se diz vale o que vale e por vezes as promessas dos sucessivos governos, não são cumpridas. (...) Borba teve um investimento de quase de cinco milhões de euros. (...) O que estava previsto, era que além, do sistema da água em alta, haveria também o da água em baixa, (...) sem privatização. O PS sempre foi contra a privatização. -----

----- Pediu ao senhor presidente da Assembleia, que solicitasse ao senhor presidente da Câmara, para que o senhor vereador do PS pudesse fazer uma intervenção. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que quem escolhia os *timings* das Assembleias, quer ordinárias, quer extraordinárias era a Mesa e o presidente da Assembleia, e disse “ (...) a estratégia está definida, as coisas estão pensadas, nada surge ao acaso, estejam tranquilos, vai haver várias sessões extraordinárias sobre assuntos de importância capital para esta comunidade”. -----

----- **O membro Quintino Cordeiro** desejou boa noite a todos os presentes, e salientou a preocupação da população de Rio de Moinhos, relativamente à ETAR. Referiu ser “ (...) uma situação que se vem arrastando há muito tempo. (...)” e acrescentou “(...) se tivesse havido da parte do anterior executivo, interesse em juntar os queijeiros numa só zona, e construir uma mini ETAR só para resolver esta situação, possivelmente hoje não estávamos aqui com esta preocupação (...)”. -----

----- Frisou, ser constante a preocupação da população da freguesia de Rio de Moinhos com esta situação. -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse lembrar-se que na altura em que foi votada a adesão às Águas do Centro Alentejo, durante preparação da Assembleia, o membro Ângelo de Sá, falou no gabinete com o Eng.º Alfredo Barroso (presidente da Câmara de Redondo), que a CDU fazia uma pressão enorme para que o mesmo não fosse assinado, e que o membro Ângelo de Sá falava, e a maioria das pessoas, com o devido respeito, não entendia nada do que se estava a passar. Tendo concluído a intervenção dizendo uma coisa é a memória da história, e outra é a realidade, "(...) é obrigação de quem cá está de resolver. (...) Doa a quem doer (...) tem havido um equilíbrio muito grande, nas conversas entre a Câmara e os queijeiros (...)". -----

----- **O vereador Nelson Sousa** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) eu não vou contar histórias porque só cá estou há um ano. (...) O senhor vereador Serra, assumiu aqui que era a única força política que votava contra. Não! Há aqui uma (...) coligação MuB/CDU ou CDU/MuB, eu desde que aqui estou há um ano, em cem pontos, sou capaz de contar com esta mão, os pontos que votei contra.-----

----- Nós não somos força de bloqueio, nós trabalhamos para os borbenses. Que isto fique aqui bem claro. (...) A nossa equipa de trabalho prepara as reuniões de Câmara, e só votamos contra, quando achamos que as coisas não têm os procedimentos legais, corretos. A abstenção só se verifica quando são colocadas a votação situações que já aconteceram. Isto as pessoas têm que saber! (...) só me lembro de uma abstenção do vereador Serra, que foi sobre um documento na área da educação, que lhe passou ao lado, e ele é o vereador que tem a competência da educação. (...) Eu não faço painelas! Nem panelinhas! (...) quero ficar de consciência tranquila. O meu trabalho semanal, quinzenal, ou anual é para os borbenses. (...) sou sério, não estou a dizer que eles são menos ou mais sérios, mas a minha postura é esta! Quando tiver que votar contra, voto contra, quando tiver que votar a favor, voto a favor e quando tiver que me abster, abstenho-me". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse que era só para clarificar umas coisas relativamente à Assembleia em que foi votada a adesão do município de Borba às Águas do Centro Alentejo e passou a explicar que o autarca da CDU, Eng. Alfredo Barroso, defendia a inclusão no sistema, porque aquela inclusão tinha uma especificidade muito grande para o Redondo, porque, segundo disse "(...) enquanto a maior parte dos sistemas são de águas subterrâneas, o sistema de Redondo e Reguengos são de águas de superfície, e o tratamento daquelas águas, tinha que ser feito em Ozono, o que tinha um custo muito superior ,àqueles que têm as águas subterrâneas (...), logo se entrassem no sistema, teriam de ser os outros que fazem parte do sistema, a compartilhar parte da despesa das águas de Redondo e de Reguengos (...). O mesmo princípio deveria ter sido aplicado à ETAR de Rio de Moinhos. Se a ETAR de Rio de Moinhos é mais dispendiosa, deveria ter havido solidariedade dos outros Municípios para com a ETAR de Rio de Moinhos, mas aí já não funcionou. É por estas razões que é necessário estar atento e ver o que está escrito nos papéis (...). Esta foi a razão pela qual o Eng. Alfredo Barroso aderiu ao sistema. Com nenhum outro sistema, conseguia,



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

que os outros municípios pagassem o tratamento daquelas águas, àquele preço". -----

----- Relativamente ao debate, sobre a questão das águas, disse que a empresa Águas do Centro Alentejo, "nem sequer responde aos contactos efetuados". Acrescentou "(...) todos os outros responderam favoravelmente, (...), menos as Águas do Centro Alentejo, isto deve querer dizer alguma coisa (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) as decisões foram decisões políticas. Isto que o senhor vereador Serra acabou de dizer, não tem nada que ver com a ETAR de Rio de Moinhos, porque aqui estávamos a tratar de um efluente industrial, o que não era a mesma situação de Redondo. O Redondo tinha que ver com o tratamento de águas, águas de abastecimento público. Aqui estávamos a falar de uma ETAR que ia tratar resíduos domésticos e resíduos industriais. (...) isto que o senhor vereador Serra acabou de dizer não corresponde à verdade!" -----

----- **O membro João Pedro** disse "(...) nós temos o direito de votar e de discordar, daquilo que achamos que devemos discordar. O que eu sei relativamente ao vereador Serra dentro da Câmara, é que o vereador Serra tem total independência (não audível). Recordo-me aqui que já houve umas votações ambíguas entre os membros do PS, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal (...)". --

----- Relativamente à afirmação feita pelo membro Ângelo de Sá, no que respeita ao investimento feito pelas Águas do Centro Alentejo, de cinco milhões de euros disse "(...) a Câmara nunca o iria fazer, não era porque não tivesse possibilidade de o fazer, mas porque isso não era uma opção política do executivo (...)". -----

### **PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia**

#### **PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

----- **O membro Ângelo de Sá** pediu que lhe fosse fornecido uma cópia do relatório financeiro do município em papel. -----

----- Seguidamente pediu um esclarecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo senhor presidente; -----

- Participação numa reunião com o diretor da AMA – Agência Modernização Administrativa, sobre a situação da loja do cidadão. "Gostaria de saber que assuntos concretos que foram tratados". -----

- Mudança do posto da GNR para uma escola. "Saber se foi afastada a hipótese de construção do quartel novo que estava previsto (...)". -----

----- Relativamente às obras municipais, no que respeita à "(...) execução das instalações elétricas no pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Borba, disse ao senhor vereador Joaquim Espanhol "(...) Nós não temos nada contra a execução das instalações elétricas, no pavilhão dos Bombeiros



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

Voluntários de Borba, a única coisa que questionamos é se isto foi devidamente tratado em termos protocolares. Ou seja, se foi feito algum inventário por parte dos técnicos (...), e se o assunto foi a reunião de Câmara Municipal (...). -----

----- No que respeita à remodelação da antiga Biblioteca para o Posto de Turismo, perguntou “ (...) se existe projeto e se houve acompanhamento por parte da DRCAL - Direção Regional Cultura Alentejo”. -----

----- Disse que gostaria de ser esclarecido sobre o Protocolo de Parceria com a APDC – Associação Portuguesa de Direito do Consumo. -----

----- Perguntou se a atividade da apresentação da peça infantil “Os Gnomos de Gnu – Uma aventura Ecológica”, da comemoração do Dia Mundial do Teatro, teria sido suficientemente divulgada, porque me pareceu haver poucas pessoas a assistir, ao espetáculo”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** relativamente à reunião com o diretor da AMA, disse “(...)”, as duas pessoas que estavam a trabalhar na Loja do Cidadão, tinham terminado o contrato”. E tinha sido seu entender, ir expor o assunto ao diretor da AMA, de forma a encontrarem uma solução viável para a situação. “(...) a proposta que eu fiz ao senhor diretor, foi no sentido de as duas funcionárias ficarem a pertencer ao quadro de pessoal da AMA. A resposta foi negativa. Segundo o senhor diretor, eles, têm limitações em termos de pessoal, e além disso, têm limitações orçamentais (...). Segundo indicação sua, este assunto é da responsabilidade da Câmara”. -----

----- Continuou “(...) a situação neste momento está a ser resolvida através de uma empresa de trabalho temporário. -----

----- Acrescentou “(...) existem três pessoas com capacidade e formação, para ocupar esses lugares, pessoas essas, que há pouco tempo frequentaram formação em Faro e Lisboa”. -----

----- Relativamente ao Projeto para o novo Posto da GNR, salientou que “ (...) desconhecia a existência do projeto referido pelo membro Ângelo de Sá (...)”. -----

----- Continuou “(...) com a deslocação das crianças para o Centro Escolar, ficaram desocupadas as duas escolas primárias. Na escola primária de cima, foi instalada a Oficina da Criança. -----

----- Relativamente ao espaço da escola primária de “baixo”, referiu estar em estudo a instalação do novo Posto da GNR. Estão mantidos contactos com as pessoas responsáveis sobre a resolução deste assunto. Acrescentou “ (...) com a transferência do posto da GNR, para estas instalações, existe a possibilidade da entrada de mais pessoas, sobretudo do sexo feminino. (...)”. Adiantou “ (...tanto o Adjunto do Secretário de Estado da Administração Interna, como o Comandante Distrital da GNR e o responsável pelas Infraestruturas da Guarda Nacional Republicana, ficaram muito sensibilizados com as instalações”. -----

----- Informou “ (...) após a reunião atrás referida, realizou-se uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, na qual, foi discutido e analisado o projeto que existe para a mudança do posto da GNR, para as instalações da escola primária de “baixo. Este



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

projeto será integrado no Plano de Restruturação dos Quartéis da Guarda Nacional Republicana, (início previsto ano de dois e dezasseis), e aí será resolvida esta situação". -----

----- Relativamente à antiga Biblioteca disse "(...) os azulejos que estavam em risco de cair, foram colocados no sítio. (...) o trabalho efetuado nestas instalações, foi a colagem dos azulejos, a pintura das instalações. e a aplicação de uma estrutura com cerca de cinquenta cêntimos de distância dos azulejos, de forma a que estes, "respirem". Foi colocado em cima de um pavimento existente (datado dos anos de mil oitocentos e oitenta, mil oitocentos e oitenta e cinco), um pavimento flutuante, salvaguardando, tudo o que é mármore de mil setecentos e noventa, este património, está á vista, para que possa ser apreciado, por quem visitar estas instalações (Posto Turismo). (...) o intuito destas reparações, foi de valorização e conservação do património existente". Disse "(...) eu assumo que não pedi nada a ninguém! Apesar do vereador Nelson Sousa ter referido que era necessário pedir autorização (...)". -----

----- Terminou "(...) Borba neste momento tem um local de interesse histórico, de reconhecido valor patrimonial, que valoriza Borba, os Borbenses e o Alentejo". -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) a tampa que levantou no dia da chuvada, foi uma tampa de esgoto, (...), porque há águas pluviais ligadas aos esgotos, (...) ligações que se fizeram antigamente. Quando chove muito, como é um tubo de duzentos, não tem capacidade para escoar aquela água.". -----

----- Acrescentou " em termos de águas pluviais, que foi a base da nossa obra, garanto, que pelo menos até à quinta do General, o problema está resolvido ". -----

----- Relativamente á questão dos Bombeiros, disse ao membro Ângelo de Sá "(...) vai ser elaborado um protocolo entre o Município de Borba e os Bombeiros Voluntários de Borba, o qual irá contemplar a execução de instalações elétricas, trabalhos de serralharia e pintura". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** relativamente ao protocolo com a APDC disse "(...) os municípios têm um conjunto de competências que lhe são atribuídas por lei, na área da defesa do consumo, e dos consumidores, desde a informação, até á defesa em processos em que tenha de haver arbitragem. A Câmara não tinha este serviço, nem tinha ninguém preparado (...) existindo esta lacuna, fomo-nos informar junto de associações de defesa de consumidor, e das propostas que tivemos, optamos por esta parceira com a APDC. Está em elaboração um folheto do gabinete e do modo de atendimento. (...) este protocolo será experimental, para o período de um ano, se se justificar poderá vir a ser renovado, não se justificando, pode cessar a qualquer momento. -----

----- Irá sair um folheto de divulgação a informar a população do concelho, que existe mais este serviço na Câmara Municipal (...)". -----

----- No que respeita ao dia Mundial do Teatro, referiu " (...) assistiram a esta atividade mais de setenta pessoas. Ficou aquém daquilo que eram as expetativas, porque quando foi marcado o



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

espetáculo, pensou-se que as escolas ainda estariam a funcionar, (...) e este espetáculo também era direcionado às escolas". -----

----- Salientou que havia algumas dificuldades na Câmara que tinham de ser ultrapassadas, na forma como se promovem as iniciativas e as atividades. "Temos que melhorar muito na área da informação, divulgação, pelo que vão ser tomadas medidas. Há hábitos que as pessoas tinham, e se foram perdendo ao longo dos anos, por falta de eventos e iniciativas, e que agora se têm vindo a recuperar a pouco, e pouco, (...). -----

----- Realçou, o seu empenho em resolver estas situações, e informou que vão apostar num novo espetáculo "A Cinderela", do qual tentarão fazer uma melhor divulgação, para que mais crianças possam assistir juntamente com os seus pais. -----

----- **O vereador Nelson Sousa** relativamente á obra da antiga Biblioteca, onde atualmente está a funcionar o Posto de Turismo do município de Borba, disse "(...) na altura em que fomos visitar o espaço, (ainda em obras), questionei o vereador Serra, sobre a obra que estava a decorrer naquele espaço". Acrescentou " (...) não satisfeito com a resposta obtida, pesquisei na internet sobre os Passos do Concelho e verifiquei, que é um imóvel em vias de classificação de interesse público (...), nestas circunstâncias é obrigatório em qualquer tipo de obras (conservação...), um parecer de um técnico e da Direção Regional da Cultura. Na altura coloquei esta questão ao senhor presidente, e este procedimento não foi feito". -----

----- Continuou "(...) sem dúvida que o Posto de Turismo é mais um recurso, está bonito (...), espero que agora tenha algum retorno (...), mas os vereadores e o presidente da Câmara, têm responsabilidades sociais, públicas, políticas, e existem procedimentos que têm de ser (...) cumpridos (...)". -----

----- Explicou ter chamado a atenção para esse facto, por ser a quarta obra em espaço de um ano e meio, em que não tinha sido pedido parecer á Direção Regional da Cultura do Alentejo -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " (...) o senhor acha que é um excesso de voluntarismo?". -----

----- **O vereador Nelson Sousa** respondeu " (...) a minha casa está no centro histórico de Borba e demorei quatro anos, e não tinha qualquer tipo de responsabilidade, mas cumpri. (...) o executivo tem de dar bons exemplos". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) mostrei ao vereador Nelson aquilo que é delapidação do património. (...) tudo o que sejam coisas de história, tocam-me muito, era impossível fazer alguma coisa que magoasse o passado e a memória. (...) antes que as coisas "caiam" e se partam, conservo-as. (...) são "coisas" de valorização, do património que é nosso. (...) digam claramente o que é melhor fazer, cair e deixar partir, ou antes de cair, tirar e colocar no sitio? (...) eu não vou partir património, eu vou conservar património!". -----

----- **O vereador Benjamin Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) no



Borba

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

seguimento da intervenção do senhor vereador Serra, a minha postura na Câmara tem sido uma postura construtiva, ao longo deste mandato, são esses os valores com que eu pauto a minha vida, não faria sentido, apesar de ser da oposição, mudar a minha forma de ser, estando como vereador da oposição. (...) existe um bom diálogo entre os cinco membros da Câmara, por vezes acaba por não haver um voto contra, porque as coisas são discutidas previamente, e chegamos à conclusão que o melhor é adiarmos para uma próxima reunião, para serem melhor trabalhadas. Isto tem sido a forma correta de nós todos trabalharmos, e espero que assim continue, pelo menos pela minha parte é isso que vai acontecer".

----- Relativamente á questão dos espetáculos disse ao vereador Serra "(...) a falta de hábito de alguns não irem aos espetáculos, acabou por se verificar também nos membros do executivo, também eles, por vezes, não vão a espetáculos que eles próprios organizam.(...) oxalá que a população e os membros do executivo, compareçam mais nas iniciativas culturais da nossa cidade". -

----- **O membro Ângelo de Sá** disse pretender que o atual executivo e a atual Assembleia entendesse que as intervenções do PS não têm por objectivo criticar por criticar, e passou a explicar ter pretendido dizer "(...) que sistematicamente a atual maioria, nomeadamente o senhor Presidente da Câmara, (...) decide, e que por esse facto existem determinadas obras que se fazem e decisões que são tomadas, que são reparadas à posterior, e não é assim (...)". Seguidamente passou a explicar que "(...) todos os técnicos a trabalhar na Câmara Municipal de Borba sabem que todas as obras, inclusive as que são por administração direta, obriga, a que os técnicos tenham de fazer um orçamento, para ser devidamente cabimentado (...) o que, segundo disse, não está a ser cumprido, e reforçou a ideia dizendo estar esse facto bem patente na preparação das reuniões de Câmara realizadas pelo PS. Concluiu que "(...) o protocolo tem de ser feito antecipadamente."

----- No que respeita ao Posto de Turismo, disse que quando a Câmara PS, tomou posse teve a preocupação de chamar todos os técnicos, com a finalidade de saber que projetos estavam em execução, e frisou terem sido todos os projectos aproveitados. Disse existirem muitos projectos dentro da Câmara e que o executivo deveria perguntar aos técnicos que projetos existiam, e afirmou "(...) se isso tivesse sido feito, provavelmente sabiam que aquele edifício de que estamos a falar, nomeadamente o espaço do antigo talho, é apenas uma gota de água de um projeto que era global, do edifício todo."

----- Disse estar previsto a recuperação de todos os azulejos existentes no posto turismo e pátio interior, do edifício da Câmara, corroborando a sua afirmação com o facto de terem sido pedidos orçamentos, que se encontram arquivados nos serviços administrativos da Câmara Municipal. Em continuação, disse existir igualmente "(...) uma mesa digital, da região de turismo, que já vinha do nosso tempo, de há um ano e meio atrás (...)".

----- Relativamente à questão do teatro disse " (...) o que eu quis dizer é que quando se paga um espetáculo (...), deve-se efetuar a devida divulgação do mesmo. Não se diga aqui que não era hábito



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

divulgar, porque o anterior executivo até era acusado de fazer muita publicidade (...)” -----

----- Agradeceu ao vereador Nelson Sousa o que tinha dito e acrescentou ter concluído que “ (...) o que deveria ter sido feito dentro da legalidade, não foi!” -----

----- **O membro Augusto Guégués** disse ao senhor presidente da Câmara que “(...) existe uma metodologia para que as coisas sejam tratadas. Todos nós, de uma maneira geral, queremos valorizar o nosso património”. -----

----- Continuou “(...)”, estas telas que o senhor diz estavam aos ratos, também estavam no Palacete dos Melos, quem as foi lá buscar fui eu. Existe aqui sensibilidade, preocupação, ninguém quer delapidar seja o que for. (...) a intervenção feita no Posto de Turismo, merecia um parecer, um acompanhamento, da Direção Regional da Cultura do Alentejo”. Acrescentou, “ (...) quando existem coisas que nos ultrapassam, temos de deixar que sejam os técnicos a resolver a situação, para que a intervenção seja definitiva, cuidada, tendo em consideração determinado tipo de aspetos. É uma questão de metodologia correta”. Realçou “(...) o seu amor por Borba, é o nosso amor por Borba, também!”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse “(...) tenho um pedido de esclarecimento a fazer ao senhor presidente da Câmara. Fui informado que o senhor terá dado uma entrevista a uma rádio local, (...) onde disse que pagou a última prestação de um terreno da Zona Industrial de Santiago Rio de Moinhos. Gostava de saber concretamente o que é que o senhor presidente disse, e se está consciente do que disse”. -----

----- **O membro Augusto Guégués** relativamente ao Posto de GNR, disse “(...)”, para além de existir um projeto, o senhor presidente está a interferir em competências que não são do poder local e da Câmara. (...) Vai entregar um património que é da Câmara à GNR. (...) estas coisas têm de ser acauteladas(...)”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** relativamente à aquisição do terreno para a Zona Industrial de Santiago Rio de Moinhos respondeu ao membro Ângelo de Sá “(...) disse ter efetuado o último pagamento, dos quatro que tinham sido acordados(...)”. -----

----- Relativamente à execução da obra no posto de turismo, disse concordar que o ideal é o mesmo ser recuperado por quem sabe, e seguidamente, informou que só após ter contactado a senhora Diretora da Cultura Regional do Alentejo, é que tomou a decisão de executar a obra da antiga biblioteca. Explicou que atendendo às circunstâncias atuais, tinha sido no seu entender a forma mais adequada de o fazer. -----

----- No que respeita à entrevista dada à rádio local disse ter dito que “ (...) na Zona Industrial de Orada, existem pessoas interessadas em comprar terrenos (...) só que os preços são incomportáveis. Existe lá uma industria implantada, não temos eletricidade, não temos alcatrão, não temos a dita zona verde, os esgotos não funcionam bem. O que posso informar, é que vamos avançar com a eletricidade dentro de pouco tempo”. -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- No que respeita a Borba, à pretensa Zona do Alto dos Bacelos, referiu que a mesma, não está infraestruturada. -----

----- Zona Industrial da Cruz de Cristo, foi feita com a pretensão de criar muitos postos de trabalho, o que na realidade não se veio a verificar. Neste momento, como toda a gente sabe é uma zona industrial de "armazéns". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) o terreno da zona industrial de Santiago Rio de Moinhos, foi comprado e dividido em quatro prestações, (...) foi feito um layout pela senhora Arq. Renata Silva, relativamente ao lote daquela zona industrial. (...) quando foi comprado aquele terreno havia um problema com um furo (...). Não foi paga em dois mil e treze a última prestação, porque havia a polémica do furo. O proprietário do terreno queria continuar a usufruir do furo. Foram-lhe dadas duas alternativas, ou se abria um furo, ou ficava num terreno público com ligação á queijaria do senhor. Foi feito um segundo layout pela senhora Arq, Renata Silva em que esse furo ficava num espaço verde. Foi chamado o proprietário do terreno, para que se pronunciasse sobre o assunto, tendo o mesmo se feito representar pelo filho seu senhor Quintino Cordeiro, atual presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, aqui presente." -----

----- Disse que "(...) o pagamento desta última prestação só se verificou agora, e não em dois mil e treze, antes de nós sairmos, (...), por decisão do proprietário do terreno (...)". -----

----- Realçou o facto de o anterior executivo camarário, nada ter a ver com o adiamento do pagamento dessa última prestação. -----

----- **O membro Quintino Cordeiro** disse ao membro Ângelo de Sá "(...) o antigo presidente da Câmara fez um acordo com o senhor Ricardo, e o senhor (antigo presidente Câmara) faltou à palavra, no acordo de compra daquele terreno (...) constava que (...) fazer um furo no espaço dele. Quando o senhor Ricardo assinou, não estava estipulado lá no pré-acordo. Telefonaram-me e disseram-me, salvo erro o senhor Passinhas, e o senhor lá do outro lado disse " senhor Ricardo, nós somos amigos, somos pessoas de palavra, o que acordámos, vamos fazer!". -----

----- Continuou " (...) faltou pagar uma *tranche*, se o senhor Ricardo fosse para Tribunal, tudo o que a Câmara tinha pago, perdia (...), depois de analisar a proposta do segundo layout, (...) chegámos à conclusão que não havia interesse, em ficar com um outro lote. (...) Passaram as eleições e as coisas ficaram em standby, e o atual presidente da Câmara encontrou uma forma de resolver a situação, e foi então paga a última prestação. Neste momento, posso dizer, o atual presidente cumpriu com a palavra, o antigo presidente não cumpriu com a palavra. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) ninguém falou que faltou aqui à palavra coisa nenhuma. A questão que se passou, foi que, (...) o que foi falado com o senhor Ricardo, era que ele queria efetivamente um furo (...) e nós abríamos um furo, lá. A questão levantada pelo senhor Ricardo era: " (...) e se o furo não dá água? (...). Respondi pois se não dá água é que é complicado.(...)". -----

----- Referiu "(...) foi neste impasse que as coisas ficaram (...). Aqui não houve falta nenhuma à



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

palavra (...). E acrescentou, " (...) caso o novo furo não desse água, tinha de se aproveitar aquele que tinha água. Então para se aproveitar o que tinha água (...) foram feitos vários *layouts* para ver em termos legais, como é que as coisas se resolviam (...) o que foi estipulado foi cumprido (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que iria entregar a cada representante das forças políticas com assento na Assembleia, cópia do contrato promessa de compra e venda, feito relativamente ao terreno em causa. Adiantou não falar aquele contrato em furo algum. -----

----- Perguntou ao membro Ângelo de Sá, se tinham sido feitas algumas pesquisas de furos naqueles terrenos. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu "Não (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** continuou "... se há vinte anos atrás tivesse sido feita uma Zona Industrial em Santiago Rio de Moinhos, ter-se-ia evitado muitos problemas. (...) aquele terreno vai ter de ser repensado! (...)". -----

----- Relativamente ao projeto do Posto da GNR, disse que no dia seguinte queria saber onde estava aquele projeto, pois, segundo informação fornecida pelo membro Ângelo de Sá, existe na Câmara desde o anterior mandato, um projeto em curso para o Posto da GNR, e mais, os técnicos têm conhecimento desse projeto. -----

----- Realçou "(...) faz-me confusão, como é que se mandou fazer tantos projetos a empresas externas ao município, quando nós temos cá, bons técnicos. (...) temos quatro arquitetas e três engenheiros". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) ou se fazem furos, ou não se fazem furos (...) o senhor Ricardo na altura do contrato promessa de compra e venda, queria forçosamente aquele furo, e o furo estava dentro do terreno, se a compra se tivesse feito sem aquele furo, obviamente que não se tinha comprado (...)". -----

----- Recordou ao senhor presidente da Câmara, o facto de ter dito em "(...) campanha eleitoral que era fundamental a criação de uma Zona Industrial em Rio de Moinhos, para a criação de postos de trabalho (...)". -----

----- Relativamente ao Posto da GNR, disse " (...) eu fui claro! Eu não disse que havia um projeto na Câmara, o que eu disse foi que havia um contacto com a GNR, porque o projeto era feito por eles e não por nós, o terreno que estava previsto para a construção desse projeto era junto á N4 – estrada Nacional 4, (por baixo das Mós)". -----

----- **O membro Quintino Cordeiro** usou da palavra, e disse que embora não estivesse contemplado no acordo promessa de compra e venda o furo, existia a palavra de honra das duas pessoas intervenientes. -----

----- Disse, " (...) o meu pai abdicava daquele furo, (...) ele queria um furo no espaço sobrance dele, com o mesmo caudal do existente. E foi-lhe prometido que ia haver um furo nesse espaço, mas nunca houve uma tentativa disso!". -----



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

### **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº1 da Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2015.**

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à discussão. -----

- Após efetuadas, umas pequenas correções, a ata foi colocada à votação, tendo a mesma, sido aprovada por **dezassete votos a favor** (eleitos do MuB; PS, PSD,CDU) e **duas abstenções** (um eleito do Mub e um eleito do PS). -----

### **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Pedido de Aquisição de Parcela do Domínio Público.**

**a) Proposta de desafetação de domínio público de parcela de terreno, com 61,19 m<sup>2</sup>, sita em Monte do Forte – Alcaraviça.**

----- O membro **Ângelo Sá** pediu que lhe fosse fornecido em papel, os documentos referentes a este ponto. -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse "(...) este assunto diz respeito à entrada de uma carta dirigida ao senhor Presidente da Câmara, na qual era manifestado o interesse pela aquisição de uma parcela de terreno de domínio público. Esta parcela fica contínua ao restaurante " A Tasca dos Coelhos", sito em Monte do Forte na Alcarviça, propriedade do senhor Hernâni Miguel Cachapela Coxixo. Esta área foi avaliada pelos serviços em 3.000,00€ (três mil euros). -----

----- O membro **Ângelo de Sá** perguntou se aquela deliberação era " (...) vantajosa para a Câmara, e se tinha sido tudo devidamente acautelado". -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse " (...) foi uma situação que foi analisada e discutida em reunião de Câmara, e chegámos á conclusão que é importante para a Câmara, primeiro porque a Câmara recebe uma verba, e segundo porque conseguimos resolver uma situação que não é muito clara (...). A informação técnica foi distribuída e está na posse dos senhores membros". -----

----- O vereador **Joaquim Serra** acrescentou "(...) esta área já está neste momento ocupada por aquele proprietário, com uma dita esplanada que deveria ser amovível (...). Isto já está ocupado, (...) já lá está feita uma ampliação (...), no fundo, isto, até regulariza algumas situações menos claras que já vêm de trás (...)". -----

----- O presidente da Câmara Municipal Realçou " (...) foram tomadas todas as devidas providências (...)", no sentido de salvaguardar os interesses da autarquia. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

### **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos de Prestação de Contas e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município.**



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que o município conseguiu, poupar cerca de um milhão e quinhentos mil euros. -----

----- Disse "(...)" em termos de execução orçamental, ultrapassamos, aquilo que a lei exige, acima dos oitenta e cinco por cento. Os pagamentos estão controlados, os acordos que vinham de trás estão todos cumpridos, a reestruturação da dívida está equilibrada. O esforço financeiro e económico que foi feito por este executivo reflete-se nestes dados "(...)" -----

----- Continuou "(...)" temos um orçamento real, de sete milhões e meio de euros, que cumprimos quase à risca. Por muito que me custe, tenho a dizer que estes valores foram conseguidos à "conta" dos borbenses, (...) IMI, e outros impostos com taxas máximas ". -----

----- Lamentou terem conseguido aqueles valores com a aplicação das taxas máximas, que no fundo penalizam todos os borbenses, e acrescentou "(...)" estamos aqui para cumprir, lamentavelmente à conta do sacrifício de todos, mas este executivo está aqui para cumprir, situações anteriormente assumidas "(...)" -----

----- Disse "(...)" em setembro, teremos o limite da dívida completamente equilibrada. Isso revela muito sacrifício, muito boa vontade e acima de tudo, muita intenção em servir os borbenses "(...)" -----

----- Acrescentou "(...)" as obrigações do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, são doentias. Foi-me dito que não posso alterar as taxas máximas, enquanto o PAEL durar, porque senão o concelho ainda será mais penalizado "(...)" -----

----- **O membro Augusto Guégués** disse "(...)" da análise que eu fiz aos documentos, verifiquei que a dívida do município entre dois mil e nove e dois mil e treze caiu, cerca de três milhões, estava em catorze milhões e passou para onze milhões. (...). O que levou à dívida da Câmara foi o cofinanciamento. Quanto à dívida em si, existe aqui uma responsabilidade também da CDU. Quando o PS assumiu as responsabilidades, a dívida era de seis milhões. Fizeram-se obras, a receita de capital da Câmara é de doze por cento, (...) o resto é para despesas, com esta receita de capital, é inteiramente impossível ao município de Borba estar a fazer grandes investimentos, porque não consegue, ou recorre, ou está "tramado", ou vai ao cofinanciamento (...), mas se vai ao cofinanciamento tem uma responsabilidade se quer que o projeto seja efetivamente executado". -----

----- Observou o que senhor está a propor é precisamente aquilo que o Partido Socialista fez, teve que recorrer ao cofinanciamento para que as obras fossem realizadas. -----

----- Disse "(...)" em dois mil e treze a receita do município disparou, para altos valores, devido ao PAEL, e a muita verba que foi recebida de facto em dois mil e treze, como por exemplo a que destinava à construção do Centro Escolar "(...)" -----

----- Seguidamente fez referência ao PAEL, o qual na sua opinião se dividia em duas partes; a parte boa, em que a Câmara conseguiu uma taxa de juros mais baixa para pagar aos bancos e aos fornecedores. -----

----- A parte má são as exigências por parte do governo central, é a "briga" com o governo central,



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

independentemente da força política que o ocupar. O governo deu as verbas, mas com condições bem específicas. -----

----- Realçou “ (...) naquele momento o PAEL, era a saída possível (...)”. -----

----- Alertou o executivo para o cuidado a ter com a dívida e o cofinanciamento. -----

----- **O membro João Pedro** disse “(...) a intervenção do membro Augusto Guéguès, sobre a evolução da dívida, teve aqui algumas imprecisões (...) e faltou contar algumas coisas (...). No último mandato do PS (...) já se tinham de estar a cumprir todos os condicionamentos do PAEL, e daí não se ter feito rigorosamente nada”. -----

----- Continuou “(...) a segunda coisa é que quando o PS chegou à Câmara a dívida era de quatro milhões e não de seis milhões. (...) muitos projetos que o PS implementou, já estavam aprovados pela anterior maioria CDU”. -----

----- Saliou “ (...) o resultado do PAEL, é aquele a que os borbenses estão assistir. Pagam o IMI, mais alto, da região do Alentejo. (...) um empréstimo que se caracteriza num montante de cerca de quatro milhões e novecentos mil euros, que no final do pagamento vai ter um valor substancialmente maior, (...). O que é concreto é aquilo que foi pedido, e aquilo que vai ser pago, e isso vai ser pago à conta dos borbenses. Este PAEL (...) foi sobretudo para fazer fase à dívida que tínhamos perante as Águas do Centro Alentejo (...)”. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse existir uma diferença bastante grande entre a taxa de juros aplicada no âmbito do PAEL, e a taxa de juros usualmente aplicada pelo sistema bancário, frisou “só na vê quem não quer!”. De seguida esclareceu “ (...) o PAEL é nitidamente bom para a Câmara, mau para os borbenses. -----

----- Disse “ O membro Augusto Guéguès, esqueceu-se de dizer quando é que a dívida, começou a subir”. -----

----- Fez alusão aos juros de mora que o município está a pagar ao Grupo LENA, por pagamentos em atraso, referentes à construção da V’S, ADC3, Pavilhão de Eventos (...). -----

----- Chamou a atenção para página duzentos e sessenta e um, composta por um documento do Millenium, datado de dois mil e quinze, no qual aparecia o membro Ângelo de Sá e o antigo vereador Humberto Ratado, a ter permissão para movimentar as contas do município. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse “ (...) estes documentos de prestação de contas em termos técnicos, têm vindo a melhorar (...), já em termos de governação e em termos políticos, corresponde a um desastre completo, porque todas as expetativas que foram criadas aos borbenses foram completamente defraudadas! -----

----- Referiu ter o slogan “Borba, faz bem”, sido o resultado “da tal campanha eleitoral enganosa” e ter o senhor presidente da Assembleia, sido daqueles que disse dever a Câmara Municipal de Borba vinte milhões de euros, e recordou “(...) senhor presidente essa conversa teve-a o senhor comigo, sentado no quiosque, (...) estava o senhor, estava a sua esposa e a Dr.ª Conceição Cavaco, e a sua



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

resposta foi que tal lhe tinha sido dito pela CDU". -----

----- Continuou " (...) este relatório reflete a ausência de ideias, a ausência de estratégia, no fundo pretenderá, empurrar-nos para o abismo completo, para o esquecimento do concelho que está a ficar, em nossa opinião, cada vez, mais moribundo". -----

----- Continuou " (...) a desculpa de adesão ao PAEL, para não baixar o IMI, tem aqui dois significados políticos: por um lado é conveniente quanto mais receita houver, melhor, mais rapidamente se paga a dívida. Por outro lado, é conveniente manter as taxas, para dizer, não foram os anteriores executivos, a ordem veio do PAEL, somos obrigados! (...) eu só perguntava uma coisa; (...) então e a vila de Mourão que baixou a taxa para 0,3 (zero vírgula três). Mas, o que é grave, senhor presidente, é que Mourão está no PAEL, como está no reequilíbrio financeiro e como vai ter de recorrer ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, (...) existem aqui coisas que eu não percebo (...)".---

----- Continuando disse " (...) os senhores não baixaram o impostos, porque não quiseram baixar, e não quiseram baixar porque lhes convém, em termos políticos e de receita (...)". -----

----- Seguidamente fez referência aos apoios dados às Juntas de Freguesias e às Associações perguntando " (...) o que é que foi mudado até agora (...)". Continuando disse, "(...) o que foi encontrado foi um esquema que permite, pontualmente, apoiar aquilo que convém apoiar. (...) a bancada do PS (...) aguarda que não se façam jogadas, porque há regulamentos e os regulamentos são para cumprir". -----

----- Referiu, ser o apoio que estava a ser dado, na sua opinião o chamado apoio "avulso". Observou que se tinham transformado receitas em despesas,"(...) através de uma política populista (...)".-----

----- Continuou "(...) tudo aquilo que pode beneficiar as populações, fugindo aos Regulamentos, é colocado de lado, porque é preciso ganhar votos. (...) Ignoram-se os regulamentos, e violam-se as regras (...)". -----

----- Saliu " (...) quando se diz que se poupou um milhão e quinhentos mil euros, mais de metade corresponde ao IMI, portanto não estão a fazer mais que a vossa obrigação (...)". -----

----- Seguidamente, informou a Assembleia de que o PS, durante os doze anos que esteve na Câmara, investiu no município de Borba, em obras candidatas a fundos comunitários, quarenta e cinco milhões de euros. -----

----- Esclareceu, que na altura optaram por aderir ao PAEL, em vez de aderir ao Reequilíbrio Financeiro, por causa do valor dos juros, e passou a explicar que no Reequilíbrio Financeiro, embora não praticassem as taxas máximas, o valor dos juros tinha que ser negociado com a banca, e aí, o valor das taxas seria muito superior aos juros praticados pelo PAEL. -----

----- Explicou estarem os juros de mora directamente relacionados com o atraso nos pagamentos por parte das entidades financiadoras (fundos comunitários). -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal disse ao membro Ângelo de Sá"(...) considero**



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

lamentável que uma conversa de café, sirva de argumento, nesta Assembleia, para pôr em causa aquilo que eu digo (...). -----

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu "(...) essa conversa, que o senhor chama de café, foi conversa que o senhor fez em campanha eleitoral (...), e isto tem que ser dito". -----

----- **O membro João Morgado** disse "(...) à pouco o vereador Benjamim esqueceu-se de uma coisa; (...) é uma coligação MuB/CDU com políticas de direita (...)". -----

----- Seguidamente enunciou algumas das perguntas, feitas a ele próprio, quando ouve as populações, e perguntou ao Dr. António Passinhas, se o valor reduzido na dívida tinha sido de um milhão e seiscentos mil euros, conforme o membro Rui Franco, tinha dito na Assembleia do passado dia vinte e cinco de abril, ou de um milhão e quinhentos mil euros, como tinha sido referido pelo senhor presidente da Câmara? -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu "um milhão e quinhentos mil euros". -----

----- **O membro João Morgado** disse que de acordo com a sua opinião, se poderia ter reduzido a dívida ao PAEL em somente um milhão e duzentos mil euros, e distribuído restantes trezentos mil euros pelas quatro freguesias, o que permitiria a essas juntas de freguesia investirem no bem estar dos municípios. ----- Reiterou " (...) isto não é uma crítica, é uma reflexão sobre a forma como o executivo está a trabalhar, (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o plenário concordava em que a sessão da Assembleia Municipal continuasse, uma vez, que já tinham sido ultrapassadas as quatro horas, estipuladas no artigo 31º, alínea d), do Regimento da Assembleia Municipal, ou continuasse numa próxima reunião. -----

----- O plenário concordou que a sessão continuasse naquele dia. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que cada força política que se encontra no executivo tem a sua opinião política, e gere a Câmara de acordo com essa sensibilidade política. Informou que no próximo Orçamento a aplicação das taxas máximas será revista, e que tendo em conta a sugestão do vereador Benjamim, que teve a aprovação do restante executivo, o próximo orçamento será participativo. -----

----- Informou que as Freguesias, recebem mais dinheiro, que no anterior mandato. -----

----- Relativamente às Associações, referiu haver situações a ser revistas. -----

----- Salientou, ser ele na qualidade de presidente e o executivo que o acompanha quem assume a responsabilidade daquilo que se está a passar. -----

----- Adiantou " (...) a redução de taxas, tem de ser feita (...). As taxas em Borba são incomportáveis! (...) os preços da zona industrial têm de ser repensados, por baixo (...) temos de baixar as rendas (...)". -----

----- Realçou "(...) eu não acredito que esta oposição, seja (...) desleal, de ruim natureza (...). Eu acho que no barco o objetivo é comum (...)". -----



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- Fazendo referência à última campanha eleitoral, disse "(...) meteram coisas nas bocas de cada um de nós, que se calhar ninguém disse". -----

----- Continuou "(...) esta é a Prestação de Contas correta, isto foi aquilo que nós fizemos durante o ano de dois mil e catorze (...)". -----

----- Salientou, a importância da atitude construtiva e não destrutiva, relativamente ao trabalho exercido, comentando "(...) é mais o que nos une, do que o que nos separa". (...) podemos ter diferença de opiniões, mas o objetivo das várias forças políticas é igual, todos queremos o melhor para Borba (...)". -----

----- **O membro Augusto Guégués** disse "(...) com estes impostos a Câmara conseguiu (...) pagar muito para além das exigências do próprio PAEL". -----

----- Expressou a sua opinião relativamente à atitude proativa que se deverá ter, no sentido de se encontrar receitas de capital, para que possa existir desenvolvimento, e o investimento que anteriormente foi realizado, possa ser produtivo. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse que tinha uma sugestão a apresentar, e passou a explicar, que se a coligação MuB/CDU entendia que a população estava prejudicada relativamente à aplicação das taxas máximas, e não podia baixar o IMI (Imposto Municipal de Imóveis) e a Derrama, como forma de colmatar essa situação poderia reduzir as tarifas de água e efetuar uma revisão de todas as outras taxas. -----

----- Relativamente ao documento em discussão colocou uma dúvida relacionada com o exposto na página seis, e passou a ler: "(...) a plataforma é utilizada para os procedimentos, exceto para a grande maioria dos ajustes diretos simplificados e pontualmente em ajustes diretos, regime geral, por se considerar pouco vantajosa a sua utilização, em procedimentos desta natureza" e recordou que no mandato anterior se considerava de grande utilidade a utilização da mesma, por se considerar que controlava todos os custos a fornecedores. Seguidamente questionou: será que isto agora mudou?-----

----- Em relação à execução da despesa, referiu que a despesa relativamente aos anos anteriores tinha baixado. -----

----- No que respeita às linhas estratégicas questionou: -----

----- **Medidas Geradoras de Emprego** – "(...) é através da realização de estágios e de ocupação temporária, que se gera e cria emprego? -----

- **Planeamento Ecologia e Ambiente** – "o que foi feito (...)?" -----

-- **Plano de Apoio à Ecopista** – "quando sai? Estava para ser enviado para a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo) (...)", disse, no final do anterior mandato. -----

----- **Plano de Pormenor de Santa Barbara** – "estava em fase adiantadíssima, o que é que foi feito num ano e meio (...)? Os técnicos estão cá, são exatamente os mesmos". -----

----- Terminou a sua intervenção referindo os valores de execução do PPI 36% (trinta e seis por cento) e das GOP- Grandes Opções do Plano, 29% (vinte e nove por cento), "(...) é isto que é a tal



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

sumidade que vocês falam?" -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** pediu ao senhor presidente da Assembleia Municipal, para dar a palavra ao senhor vereador Joaquim Serra. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse "(...) gostava que a tão chamada casa da democracia, não se transformasse na casa da demagogia". -----

----- Disse terem sido os orçamentos de vinte milhões, os responsáveis pela atual situação da Câmara. Continuou, "(...) os orçamentos de vinte milhões foram cheques em branco dados por uma maioria esmagadora do Partido Socialista na Assembleia Municipal ao seu executivo, para gastar ao desbarato. (...) o problema não é a dívida, é os limites que a dívida atinge. Quando a dívida é controlada e sustentada é uma coisa, quando a dívida deixa de ser sustentável, como foi o caso da dívida do município de Borba é outra. Nós estamos no PAEL porque a dívida se tornou incomportável para o município. O município de Borba não tinha condições para pagar a dívida que tinha. (...) depois de ter feito todas as asneiras, a única solução que tinha era entrar no PAEL (...)". -----

----- Explicou que o orçamento do município de Borba, para ser um orçamento real, tinha de apresentar valores na ordem dos sete e meio a oito milhões de euros, e acrescentou que na altura em que o orçamento da Câmara de Borba era de vinte milhões de euros, tinha execuções de 30% (trinta por cento).-----

----- Afirmou ter o orçamento da Câmara de Borba andado nos vinte milhões de euros, porque tinha de conter toda a dívida acumulada, disse, "(...) Ficcionavam-se receitas em outras receitas de capital, quando nós sabíamos que não recebíamos nenhum (...)". -----

----- Frisou "(...) este orçamento, que aqui está, tem um milhão e seiscentos mil euros de pagamentos, tem uma grande carga de serviço de dívida em cima. Aquilo que podia ser um investimento (...), não se pode fazer, porque se está a pagar um investimento que vem de anos anteriores (...)". -----

----- Continuou "(...) esta conta reflete o que foi a gestão! (...)", e afirmou "(...) é uma gestão corrente (...)". -----

----- Sobre a hipótese de aumentarem as receitas de capital, como sugerido, segundo disse, pelo membro Augusto Guéguas, disse "(...) as receitas de Capital dos municípios estão bem definidas, ou, é venda de património, ou, são empréstimos bancários (...)". -----

----- Evidenciou o facto do problema não ter sido dívida, mas sim o descontrolo da dívida. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** pediu ao Dr. Passinhas, que desse uma explicação suscita do que tinha sido pedido, a nível técnico. -----

----- **O membro João Pedro** disse "(...) isto depende da forma como nós encaramos o desenvolvimento, o certo é que hoje (...) o concelho tem menos população, menos habitação social, menos emprego, mas tem muito betão. Números senhor presidente! Pavilhão de Eventos; Estradas da ADC; Fórum Transfronteiriço, oito milhões de euros. PAEL, pedidos cerca de quatro milhões e



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

novecentos mil euros, vão ter de ser pagos cerca de seis milhões e meio, e é isto que conta para os borbenses".

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu ao membro João Pedro que " (...) o Fórum Transfronteiriço não foi pago pelo município de Borba, foi uma obra do Instituto Português da Juventude (não audível)".

----- **O chefe de Divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) despesas da Câmara no ano de 2014: - Pessoal 3,1 milhão de euros- 42% das nossas despesas; Amortizações e Juros com Empréstimos, 1,36 milhões de euros – 18% das despesas; Água, Saneamento e Lixo, um milhão de euros – 13%; Outros Investimentos que estão no PPI, seiscentos e setenta mil euros – 9%. Sobra de tudo isto, um milhão trezentos e sessenta mil euros – 18% do orçamento, que tiveram que dar para: luz, gás, telefone, material de limpeza, bens alimentares, gasóleo, gasolina, material de escritório, peças para viaturas, manutenção de elevadores, apoio às Associações, apoio às Juntas de Freguesia, quotizações da CIMAC e de todas as outras Associações e esta lista continuava (...) com um milhão trezentos e sessenta mil euros. Daria mais ou menos cerca de cem mil euros por mês para tudo isto".

----- Disse "(...) pretender com aquele exercício explicar que é muito difícil, tanto para o atual executivo, como para outro que lá estivesse, ter condições para fazer melhor com tão pouco (...)".

----- Receitas do ano de dois mil e catorze – Transferências do orçamento de estado – 3,4 milhões de euros – 45%; Impostos – um milhão de euros – 13%; Águas e Serviços conexos - setecentos e cinquenta mil euros – 10%; Educação - setecentos e dezoito mil euros – 10%; estão aqui incluídos também, as transferências do pessoal descentralizado.

- Cofinanciamentos Comunitários – quinhentos e quarenta mil euros – 7%; Rendas (EDP, Águas do Centro Alentejo etc.) – quatrocentos e cinquenta mil euros – 6%.

Empréstimos Bancários (curto prazo) – duzentos e cinquenta mil euros – 3%.

Restantes receitas - quinhentos e vinte mil euros – 7%.

Esclareceu " ser muito difícil ter mais que aquela receita, sem haver projetos comunitários cofinanciados. Para que haja projetos cofinanciados, é preciso que o município consiga abrir concursos. E abrir concursos, ao contrário dos anos passados, obriga a que haja fundo disponível (...) e para haver fundo disponível, tem que haver também um orçamento, que até nos anos passados, não passava pelo crivo da DGAL e agora passa. (...) não existe forma de fazer orçamentos melhores, com as regras que hoje em dia, existem!".

----- Frisou que aquela sua explicação era meramente técnica.

----- O IMI do ano dois mil e treze para o ano de dois mil e catorze aumentou cento e setenta e sete mil euros. Este valor aumentou, não só devido ao PAEL, mas também, às regras que obrigaram à avaliação geral dos prédios.

----- Seguidamente fez referência à cláusula décima do contrato do PAEL da Câmara de Mourão na



Borba

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

qual, segundo disse, se lê " (...) o incumprimento da obrigação do mutuário da fixação da taxa máxima do IMI, nas condições estabelecidas no número quatro da lei de financiamento dos municípios (...) implica a resolução do presente contrato com o conseqüente vencimento antecipado da dívida, com a seguinte nota: aplicar ao Programa um", e passou a explicar "(...) o que significa que se a taxa baixar dos máximos e o governo perceber isso, vence o contrato todo nesse mesmo dia (...). Nós aderimos ao PAEL não para pagar a fornecedores, aderimos ao PAEL, porque a nossa dívida de curto prazo era insustentável e tínhamos que a colocar em médio ou longo prazo (...)". -----

----- Relativamente ao PAF, informou que o mesmo era avaliado sobre uma serie de critérios. Referiu que o PAF se regula por cinco quadros, que seguidamente identificou, Situação Financeira e as Previsões de Evolução; Medidas; Evolução Previsional da Receita e da Despesa; Evolução do Serviço da Dívida; Endividamento Líquido e a Margem. Explicou que nas medidas até pode ser que haja margem numas, mas o problema está no que não consta nas medidas. Seguidamente exemplificou " (...) estava previsto no PAF termos uma receita de 7,6 milhões de euros de receita e a receita que obtivemos foi de 7,2 milhões de euros, ficámos trezentos e sessenta e cinco mil euros abaixo daquilo que estava previsto no PAF. Na despesa ficamos com menos cinquenta mil euros do que aquilo que estava previsto. Realçou " (...) somos bons alunos naquilo que é possível (...). No PAF estava previsto arrecadar uma receita do orçamento de Estado que não veio. O PAF foi elaborado com um pressuposto que agora não se cumpriu". -----

----- Saliou não haver margem para poder mexer em outras receitas. -----

----- Disse ao membro Paulo Ferreira, que " (...) esses juros de mora (...) são os mesmos e foram os juros faturados ao município no ano de dois mil e doze, e o município fez um acordo para os ir pagando faseadamente". -----

----- Em relação à questão do Millennium, referiu que já tinham contactado o banco, e tinham verificado que dois dias depois do actual executivo ter tomado posse, tinham solicitado ao banco, e o banco cobrou pela prestação desse serviço, segundo disse, mais de cento e trinta euros, e que essa instituição não a tinha feito, pelo menos naquele documento. Tendo, todavia, se responsabilizado por apresentar a respetiva retificação. -----

----- Disse ao membro João Pedro, que " o PAEL às Águas Centro Alentejo só pagou cento e onze mil euros (...), havia um volume maior de dívida, (...) o PAEL era insuficiente para pagar esse valor (...) tendo sido feito um acordo para se proceder ao pagamento do restante valor em dívida". -----

----- No que respeita à plataforma, informou " (...) que não tinha mudado nada na legislação, de concurso público para cima é obrigatório a plataforma, os ajustes diretos simplificados regra geral, nunca foram à plataforma, exceto em casos muito pontuais, caso se justificasse. Os ajustes diretos regime geral continuam a ir quase todos à plataforma, e se não vai algum (...) é porque as empresas que têm plataformas de contratação pública (...) no último ano e meio, começaram a cobrar selos temporários às empresas, que custam mais de quatrocentos euros por ano (...) não se justificando,



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

por vezes, obrigar uma empresa que para vender uma coisa muito simples uma única vez, ter de andar a pagar para isso.” -----

----- Disse ao membro Ângelo de Sá que as letras do quadro estavam em tamanho muito pequeno o que o tinha induzido em erro e disse, “ (...) a execução do PPI não é de vinte seis por cento, mas de oitenta e cinco e meio por cento, as GOP’s não são de vinte e nove por cento, são de setenta e quatro por cento, são execuções muito boas e a prova disso está que entre dois mil e três e dois mil e doze a melhor execução das Grandes Opções do Plano foi de quarenta e cinco por cento (...) O que não quer dizer que seja melhor ou pior para o município, o que quer dizer é que o orçamento está tão restringido que não havendo execuções qualquer coisa que se execute apresenta valor (...)” -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao chefe de divisão, que tinham acabado de pagar, no corrente mês de abril, uma dívida que havia para com a Construtora LENA, S.A., e perguntou quando tinha sido assinado o acordo e qual o valor total a pagar. -----

----- **O Chefe de divisão António Passinhas** disse que “(...) talvez tenha sido no ano de dois mil e onze, porque o acordo sem estar formalizado começou muito antes com a empresa, ou seja quando a empresa começou a apresentar a faturação de juros de mora (...) nós não tínhamos condições para isso (...), na altura falei com o diretor financeiro, tendo o mesmo mostrado abertura para irmos liquidando mensalmente cinco mil euros, e que posteriormente poderíamos vir a formalizar esse acordo por escrito (...)” -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** perguntou “ (...) afinal quem é que pagou o Fórum Transfronteiriço? Foi o IPJ, foi o Município de Borba. Quem foi? (...)” -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse “ (...) a empreitada do Fórum foi promovida pela Câmara Municipal de Borba, foi o Município de Borba que apresentou a empreitada e pagou todas as faturas (...). O Fórum tinha um projeto financiado pelo INTERREG III 3 A, que chamava-se PIRATE.JÁ!, e esse projeto era liderado pelo Instituto Português da Juventude em Portalegre. Foi o Instituto que recebeu diretamente da Autoridade de Gestão Transfronteiriça, e transferiu para a Câmara de Borba. Na minha opinião, do ponto de vista financeiro foi benéfico para o município. O município conseguiu ir buscar receita, quase que suficiente para pagar a despesa, isto em termos financeiros (...). O município ainda tem a receber cerca de oitocentos euros (...)” -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao chefe de divisão que estava esclarecido. -----

----- **O membro João Pedro** referiu que não tinha querido dizer que o Fórum Transfronteiriço não foi importante para Borba, (...). -----

----- Explicou, o que quis dizer, “(...) é que todos aqueles investimentos não foram convenientemente planeados, não foram convenientemente usados e não estão a ser convenientemente usados (...)”, e frisou “(...) esta é que é a realidade. (...), cada um tem uma noção e uma perspetiva diferente de desenvolvimento. O desenvolvimento em Borba não passa só pelo betão, e aí está mais um exemplo de betão, seja ou não pago pelo município (...)” -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) o facto é que é os edifícios estão cá, e ninguém daqui os leva. Se não estão a ser usados convenientemente, (...) então o que estamos à espera! (...) para apresentar propostas nesse sentido, para os dinamizar (...)". -----

----- Referiu que o Município de Mourão, "(...) desceu a taxa do IMI para 0.3 (zero ponto três), e não lhe aconteceu nada até agora, nem vai acontecer!". Acrescentou, "(...) tecnicamente é possível existir redução na taxa do IMI, só que tem que haver trabalho, e negociação com a tutela, e vou-lhe provar isso um dia destes (...)". -----

----- **O membro João Letras** discorreu sobre os assuntos ali discutidos e disse "(...) temos de falar no passado, porque ele tem obrigatoriamente influência no presente, e futuro desta Câmara municipal e do concelho (...)". -----

----- Continuando, disse "(...) foi aqui dito que ao longo do mandato do Partido Socialista, houve um investimento de cerca de quarenta e cinco milhões de euros. (...) pergunto-me quais foram as vantagens económicas e sociais retiradas desses quarenta e cinco milhões de euros de investimento (...)". -----

----- Acrescentou, não pretender colocar em causa que tinham havido investimentos que eram necessários, e continuou, "(...) mas a grande questão é, se eram necessários, tantos investimentos, como por exemplo o Pavilhão de Eventos na Orada, que ficou a meio (...)". -----

----- Disse que na sua opinião entre o ano dois mil e um e o ano dois mil e treze, o partido Socialista realizou investimentos sem ter devidamente em conta o planeamento e a gestão, "ao sabor do vento", e criou eventos "sem perspectiva de futuro e de sustentabilidade". -----

----- Saliou, reconhecer que também tinham sido feitas coisas positivas, que não pretendia colocar em causa. -----

Terminou a sua intervenção dizendo "(...) que gostava de ver o Partido Socialista, na pessoa do anterior presidente da Câmara, o assumir de alguns erros cometidos. A culpa que ele nunca assume (...), transpõe sempre para o outro (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** referiu que os quarenta e cinco milhões de euros de despesas de investimento tinham sido, todas elas, candidatas a fundos comunitários. -----

----- Acrescentou, que se tivessem contabilizado todas as outras despesas de investimento que houve, o valor seria muito mais elevado. Explicou ter havido um investimento de quarenta e cinco milhões de euros, e um aumento da dívida, em cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros. -----

----- Disse que o pavilhão de eventos da Orada não tinha sido candidatado aos fundos comunitários, que a Feira do Queijo e a Feira das Ervas tinham sido feitas enquanto tinham sido apoiadas, e que a Feira dos Santos tinha sido deslocada para outro local por uma questão de necessidade, frisando seguidamente ter sido o terreno na qual a mesma tinha sido implantada, adquirido em mandato anterior ao do Partido Socialista. Sobre a construção do pavilhão de Eventos disse que antes da sua construção, se pagava anualmente, por altura da Festa da Vinha e do Vinho,



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

cerca de cem mil euros, no aluguer das tendas. Relativamente à porta do castelo disse ter sido um projecto que visava valorizar a cidade de Borba e que foi buscar dinheiro para pagar outros projectos já realizados, alguns dos quais "vinham do tempo da CDU".-----

----- Em relação à situação das culpas disse que toda a gente tinha culpa de alguma coisa, toda a gente cometia erros.-----

----- **O membro João Letras** disse "(...) eu não estou a colocar em questão, aquilo que foi gasto, (...) , mas sim a forma como foi gasto (...) , a questão é a planificação, se foi feita corretamente ou não, com visão de futuro e de sustentabilidade, é disso que eu estou a falar (...)".-----

----- **O vereador Joaquim Serra** explicou que o valor investido no Pavilhão de Eventos, fazendo-se as contas aos seis milhões e tal de euros gastos na sua construção, dividindo-se por cem mil euros, que era o custo das tendas que se alugavam para a Festa da Vinha e do Vinho, dava para fazer a festa durante sessenta anos.-----

----- **O membro Ângelo de Sá** referiu que qualquer Câmara, independentemente da força política que represente, quando for possível ir buscar verbas aos fundos comunitários, vai buscá-las.-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor (dez eleitos do MuB e dois eleitos da CDU) e sete abstenções (cinco eleitos do PS e dois eleitos do PSD).-----

- Os eleitos do Partido Socialista apresentaram declaração e voto (que se arquiva m pasta anexa como **doc. nº 9**), e seguidamente se transcreve:-----

*Declaração de Voto*-----

*Prestação de Contas*-----

- *A prestação de contas apresentada resulta de um trabalho realizado pela coligação CDU/MuB que corresponde a uma "mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma".*-----

- *Da análise dos documentos, podemos concluir que apesar de tecnicamente pouco haver a referir, tendo registado alguma melhoria, politicamente corresponde ao desastre da governação CDU/MuB, à frente dos destinos do Município. Verificamos que as expetativas criadas junto da população estão totalmente defraudadas.*-----

- *A visão estratégica definida pela coligação "Borba faz bem!" que assenta em 4 linhas estratégicas, corresponde a um mar de ilusões que resultou de uma campanha eleitoral enganosa e que se transformou num vazio total.*-----

- *O concelho de Borba está a definhar, com ausência de ideias e ausência estratégica que nos estão a empurrar para o abismo.*-----

*A coligação CDU/MuB servindo-se da desculpa da adesão ao PAEL pela Câmara de Borba, não tenta baixar a taxa do IMI, não acaba com a derrama e não baixa a percentagem do IRS.*-----

- *O executivo CDU/MuB não apoia as freguesias devidamente e encontra os mais variados esquemas ilegais de fornecimento de materiais e mão-de-obra às mesmas.*-----



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

O executivo CDU/MuB que tanto criticou o apoio às associações, desenvolve neste momento uma política de apoio avulso às mesmas, privilegiando umas e desprezando outras, dificultando e tentando controlar o seu funcionamento através da redução ou não atribuição de verbas para as suas atividades. -----

- O executivo CDU/MuB utiliza os equipamentos construídos, transformando receitas em despesas, através de uma política populista, cedendo as mesmas apenas para ganhar votos, ignorando todas as regras constantes nos regulamentos existentes e aprovados pelos órgãos competentes. -----

- Em face disto, e porque não pretendemos ser força de bloqueio, optámos pela abstenção nos Documentos de Prestação de Contas, Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município. -----

- Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Presidente da CCDRA -----

- Direção Geral das Autarquias Locais -----

- Inspeção Geral de Finanças -----

- Comunicação Social -----

Os eleitos do Partido Socialista -----

### **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 1º. Trimestre 2015 – Informação para a Assembleia Municipal (Título Informativo).** -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que aquele ponto vinha à Assembleia Municipal a título informativo. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** pediu que lhe fosse explicado tecnicamente, o que estava nas páginas: sete, alínea c); oito, alínea j) e dez, daquele documento. -----

--- O chefe de divisão **António Passinhas** respondeu na página dez – endividamento líquido – com revogação da Lei das Finanças Locais de 2/2007, este conceito deixou de existir, no entanto os municípios que estão a desenvolver programas de assistência financeira (...) PAEL., são obrigados pela DGAL a continuar a fazer esse apuramento, porque a monitorização da evolução do acompanhamento líquido, era o que estava previsto no PAF e na da dívida total". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse " (...) então eu percebi bem, (...) a lei foi revogada, mas nós somos obrigados a (...), quer dizer que a DGAL está acima da lei. A lei foi revogada, e eles obrigam-no a fazer isto assim (...)". -----

----- O chefe de divisão **António Passinhas** " (...) nós não somos controlados pelo Tribunal de Contas, por estarmos acima do endividamento líquido ou estar abaixo. A DGAL para fazer a monitorização do PAF, tem de ter o cálculo do endividamento líquido, (...) porque se não o tiver, não sabe se o PAF está a ser cumprido ou não. (...) por outro lado o endividamento líquido tem o problema



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015)

de, à medida que o ano se desenvolve, poder-se criar a ideia, falsa, de que estamos a ter alguma margem. Porque ao abrigo das instruções do SATAPOCAL, nós temos que, previamente inscrever aquilo que sejam Receitas do Orçamento de Estado durante o ano. Isto cria-nos uma receita que ainda não entrou, mas que é uma dívida que o Estado tem para conosco. (...) há valores para entrar que ainda não entraram, só no final do ano é que é real. -----

----- Relativamente á página oito, alínea j) disse " (...) quando foi feito o PAF, as despesas que existem com os programas ocupacionais, até essa data, nós utilizávamo-la (...) em transferências correntes. No entanto as instruções do SATAPOCAL (...), é que já não deviam ser catalogadas em transferências correntes, mas em subsídios, daí que essas duas rubricas tenham oscilações, que estão também, relacionadas com a forma como o PAF foi elaborado. -----

----- No que respeita á alínea c) da página sete, informou que a rubrica Impostos Indiretos abarca receitas relacionadas com loteamentos e obra, ocupação da via pública, publicidade (...), mas estamos a falar do primeiro trimestre de dois mil e quinze. (...) não estamos a dizer que o ano vai decorrer muito abaixo do foi previsto. (...) muitas destas receitas, já não existem, porque quando foi feito o PAF, foi feito a partir daquilo que existia na altura, entretanto o Licenciamento Zero, veio abolir algumas destas coisa (...). Obrigatoriamente, elas têm que descer ao previsto. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as três minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

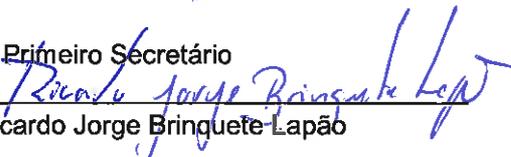
Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa. -----

----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas e quinze minutos da qual se lavrou a presente ata composta por quarenta e uma páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

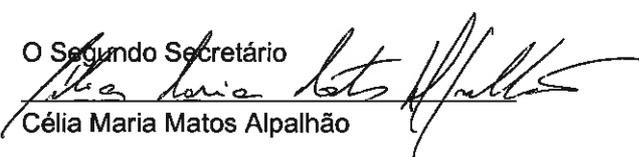
O Presidente da Assembleia Municipal

  
Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário

  
Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário

  
Célia Maria Matos Alpalhão

